

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E
CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

ARISTÓTELES TROMBINI DOS SANTOS

GEOGRAFIA DA FOME: Desigualdade Socioeconômica e Espacial na Cidade de
São Paulo durante a Pandemia da COVID-19

**São Paulo
2024**

ARISTÓTELES TROMBINI DOS SANTOS

GEOGRAFIA DA FOME: Desigualdade Socioeconômica e Espacial na Cidade de São Paulo durante a Pandemia da COVID-19

Trabalho de Graduação Integrado (TGI) apresentado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Área de Concentração: Geografia Humana

Orientador: Profº Drº Manoel Fernandes de Sousa Neto.

São Paulo

2024

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação

Serviço de biblioteca e documentação

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
SANTOS, Aristóteles Trombini dos Santos. **GEOGRAFIA DA FOME**: Desigualdade Socioeconômica e Espacial na Cidade de São Paulo durante a Pandemia da COVID-19. 2024. Trabalho de Graduação Individual (TGI) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

SANTOS, Aristóteles Trombini dos. **GEOGRAFIA DA FOME:** Desigualdade Socioeconômica e Espacial na Cidade de São Paulo durante a Pandemia da COVID-19. 2024. x f. Trabalho de Graduação Individual (TGI) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof.Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof.Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof.Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Dedico este trabalho a todas as famílias vítimas da COVID-19, da fome, das desigualdades socioeconômicas e da negligência governamental.

AGRADECIMENTO

Nos últimos seis anos, enfrentei uma série de crises. No entanto, é fundamental reconhecer que a realização deste trabalho e a aquisição dos conhecimentos que tenho hoje não teriam sido possíveis sem o apoio incondicional e acolhimento das pessoas que estiveram ao meu lado em cada desafio e em cada conquista.

Agradeço profundamente aos meus pais, João da Mata e Ângela Maria, que sempre se esforçaram e trabalharam ao máximo para me proporcionar uma educação de qualidade e que me incentivaram constantemente a nunca desistir da busca pelo conhecimento, tanto dentro quanto fora da Universidade. Ao meu irmão Alexandro, o primeiro da nossa família a entrar em uma Universidade Pública, foi um exemplo de perseverança e coragem nos momentos mais difíceis, me ajudou de inúmeras maneiras a chegar onde estou hoje.

A minha querida namorada Thaís, que sempre esteve ao meu lado me acalmando e incentivando. A todos os meus colegas que, durante a minha jornada acadêmica, souberam me ensinar e agregar conhecimentos acadêmicos e saberes de convivência. Gostaria de mencionar alguns deles que marcaram minha trajetória durante todos esses anos: Vinicius Kenji, Lucas Dorighello, Michelle, Tabata e Andrea Casemiro. O meu grupo de estudos GEGA, com seus diversos encontros, aguçou a minha paixão pela Geografia e a compreender melhor o mundo que vivemos. A todos os laboratórios e o corpo docente que foram importantes para o meu conhecimento, em especial ao pessoal da Labocart, a minha gratidão.

Por fim, mas não menos importante, agradeço ao Profº Manoel Fernandes, que desde o início da minha graduação, me acolheu e trabalhou comigo em duas monitorias, duas iniciações científicas, um grupo de estudo e o TGI; orientou-me nesses trabalhos e me acalmou em muitos momentos de ansiedade durante toda a graduação. Agradeço pela sua dedicação em garantir que eu pudesse me formar e realizar um trabalho que despertasse o meu interesse sincero. A ele, os meus mais sinceros agradecimentos.

“Por que existem uns felizes
E outros que sofrem tanto?
Nascemos do mesmo jeito,
Moramos no mesmo canto.
Quem foi temperar o choro
E acabou salgando o pranto?”

Leandro Gomes de Barros

RESUMO

SANTOS, Aristóteles Trombini dos. **GEOGRAFIA DA FOME:** Desigualdade Socioeconômica e Espacial na Cidade de São Paulo durante a Pandemia da COVID-19. 2024. x f. Trabalho de Graduação Individual (TGI) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

Entre 2020 e 2022, a cidade de São Paulo enfrentou uma crise econômica que foi agravada pela COVID-19, intensificando ainda mais a desigualdade social. Com isso, acarretou em uma série de demissões e consequentemente um aumento na população desempregada transformou-se em trabalhadores autônomos. A mídia destacou a realidade difícil da população mais carente. Pesquisas foram realizadas para analisar a desigualdade socioeconômica no contexto da pandemia, mapeando áreas de maior precariedade. A fome, persistente na sociedade brasileira, aumentou devido aos intensos fatores da gestão pública em decorrência da pandemia. Durante o período da pandemia, a fome, a transmissão do vírus e a morte ficaram mais acentuadas em determinadas regiões da cidade. O mapeamento da fome revelou a extensão do problema e forneceu dados sobre a vulnerabilidade alimentar. O sofrimento da população vem crescendo, sem nenhuma interferência coesa do poder público, apenas paliativa. Bairros periféricos apresentaram altos índices de insegurança alimentar devido à falta de renda e desemprego, além de sua convivência constante com a falta de saúde pública.

Palavras-chave: Fome, covid-19, pandemia, desigualdade e crise.

ABSTRACT

SANTOS, Aristóteles Trombini dos. **GEOGRAFIA DA FOME:** Desigualdade Socioeconômica e Espacial na Cidade de São Paulo durante a Pandemia da COVID-19. 2024. x f. Trabalho de Graduação Individual (TGI) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

Between 2020 and 2022, São Paulo faced an economic crisis that was aggravated by COVID-19, which further emphasized social inequality. This scenario resulted in mass layoffs, an increased unemployed population, and a rise in self-employment. Media outlets highlighted the harsh reality faced by impoverished citizens. Research was conducted to analyze social inequality within the pandemic context, mapping more precarious areas. Hunger, a persistent issue in Brazilian society, rose amidst the intense efforts of public administration to fight the pandemic. Throughout the pandemic, hunger, contamination, and death became significant in certain parts of the city. Hunger mapping revealed the extent of the problem and provided data on food insecurity. The people's suffering has been growing without any coherent governmental interventions. In addition to dealing with the lack of public health, remote neighborhoods showed high levels of food insecurity due to the lack of income and unemployment.

Key-words: Hunger, COVID-19, Pandemic, Inequality, Crisis

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Extrema pobreza na cidade de São Paulo.

Figura 2 - Covid- 19: taxa de mortalidade por distrito da cidade de São Paulo.

Figura 3 - Mais pobreza, mais mortes em SP.

Figura 4 - Mapa da fome no Brasil

Figura 5 - Domicílios com renda de $\frac{1}{2}$ a 2 SM.

Figura 6 - Favelas.

Figura 7 - Remuneração média mensal do emprego formal

Figura 8 - Mortalidade por COVID-19

Figura 9 - Vacinas contra a Covid-19 aplicadas por UBS, Município de São Paulo, 03 de Setembro de 2021.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Óbitos por Covid -19 segundo distrito administrativo de residência - Município de São Paulo.

Mapa 2 - Pobreza e extrema pobreza no estado de São Paulo famílias inseridas no Cadúnico DRADS da região metropolitana de São Paulo.

Mapa 3 - Pobreza e extrema pobreza no estado de São Paulo famílias inseridas no Cadúnico DRADS Capital.

Mapa 4 - Análise de mortalidade por COVID-19 e renda nos distritos de São Paulo em 2020.

Gráfico

Gráfico 1 - Projeção da Insegurança Alimentar e Nutricional e estimativas.

Gráfico 2 - Taxa de desocupação - Brasil.

Gráfico 3 - Taxa de desocupação - São Paulo.

Gráfico 4 - Inflação acumulada desde o início de 2020, por faixa de renda.

Gráfico 5 - Regressão Linear: Mortalidade por COVID-19 vs Renda média mensal

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEAGESP - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo

COVID- 19 - Corona Virus Disease 2019

DTT - Divisão Territorial do Trabalho

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

RMSP - Região Metropolitana de São Paulo

OIT - Organização Internacional do Trabalho

OMS - Organização Mundial da Saúde

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

IMC - Índice da Massa Corporal

IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

SEADE - Sistema Estadual de Análise de Dados

SM - Salário Mínimo

SUS - Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 1 - O QUE É A FOME?.....	19
CAPÍTULO 2 - COVID-19 E A FOME.....	24
CAPÍTULO 3 - O IMPACTO DA CRISE ECONÔMICA NA FOME.....	34
CAPÍTULO 4 - MAPEAMENTO DA FOME.....	41
CAPÍTULO 5 - ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL NO CONTEXTO DA PANDEMIA....	60
CONCLUSÃO.....	64
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	68

INTRODUÇÃO

Entre os anos de 2020 a 2022, a cidade de São Paulo foi cenário de uma crise humanitária de proporções significativas, impulsionada não apenas pela pandemia de COVID-19, mas também pela persistente e grave problemática do fenômeno da fome em nosso país. Agravando essa situação, a instabilidade econômica do Brasil gerou um aumento alarmante do desemprego, afetando de maneira contundente os trabalhadores formais e intensificando a informalidade no país, que não possuem acesso aos direitos trabalhistas assegurados pela Constituição Federal (COSTA, 2020). Por meio disso, enfrentaram enormes dificuldades para se protegerem da contaminação do vírus ao tentarem buscar por sua sobrevivência.

Na fase inicial, a propagação do vírus se deu de maneira rápida e extensa em todas as regiões da cidade de São Paulo, independentemente do perfil socioeconômico. Dados oficiais do (SEADE, 2020), apontam que o número notificados de Junho de 2020 foi de 124 mil casos na cidade de São Paulo. Entretanto, ao longo do período analisado, verificou-se que as regiões com maior índice de transmissão do vírus eram aquelas com maior densidade populacional e menor poder aquisitivo, resultando nos mais elevados índices de mortalidade entre a população carente¹.

Esses desafios conjugados aumentaram um contexto de extrema vulnerabilidade social e econômica no país, tanto nas regiões de macro e micro espacialização. Tanto no Brasil como na cidade de São Paulo, há disparidades socioespaciais que serão abordadas ao longo da pesquisa. Com isso, é necessário uma demanda de ações emergenciais sejam impostas pelas autoridades para melhora da proteção em especial aos mais necessitados da sociedade.

Diversos veículos de comunicação, tanto através de reportagens televisivas quanto por meio de sites jornalísticos e redes sociais, trouxeram à tona a difícil realidade enfrentada pela população mais carente, diante dos desafios sociais decorrentes também da pandemia. Através de análises detalhadas e utilizando dados governamentais (IBGE, Ministério do Trabalho e Ministério da Fazenda),

¹JORNAL DA USP. Cidade de São Paulo ainda tem apresentado níveis de risco de moderado a alto para covid-19. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/ciencias/cidade-de-sao-paulo-ainda-tem-apresentado-niveis-de-risco-de-moderado-a-alto-para-covid-19/>>. Acesso em: 9 abr. 2024.

esses veículos buscaram mostrar a complexidade da situação vivenciada pelos municípios, destacando as dificuldades enfrentadas pelas comunidades mais vulneráveis em garantir sua sobrevivência durante esse período desafiador. No entanto, alguns veículos de comunicação demonstram uma análise basal referente ao modo que é mostrado o contexto histórico das famílias.

A pesquisa é essencial para analisar de forma fundamentada a presença da desigualdade socioeconômica no contexto da pandemia, ocorrida entre 2020 e 2022 na cidade de São Paulo. Tal estudo visa mapear as regiões, bairros e áreas com maior precariedade, destacando o aumento dessas disparidades e evidenciando como a crise econômica e a fome estão contribuindo para a formação de "hiperperiferias" na metrópole paulistana, devido a crise econômica, alta do desemprego e da fome, causando novos bairros precarizados na capital paulista².

Observa-se que a população moradora da periferia sofreu com este distanciamento para o centro da cidade, devido à precariedade e dificuldade de locomoção até a chegada do seu local de trabalho; Onde se encontram as pequenas formações de indústrias e também das benfeitorias urbanas; Proveniente da centralidade e reprodução do capital, conseqüentemente tornando-se o território desenvolvido. E assim, o modo de produção condiciona o processo de vida social (MARX, 2017).

A análise detalhada dessas questões é crucial para compreender a complexidade dos impactos da pandemia, especialmente em uma cidade tão diversificada, desigual e desafiadora como a cidade de São Paulo. Ao identificar as áreas mais afetadas e as características específicas dessa desigualdade, torna-se possível direcionar políticas públicas e ações sociais de forma mais eficaz e norteadora, para conter os efeitos devastadores dessa crise nas camadas mais vulneráveis da população.

A fome, um fenômeno persistente na sociedade brasileira e especialmente marcante na cidade mais rica do Brasil, reflete a forma como a população das áreas mais vulneráveis enfrentou uma série de desafios exacerbados pela gestão pública. Esta gestão contribuiu para o aumento da insegurança alimentar e desencadeou

² G1. Fome e crise estão abrindo 'hiperperiferias' em São Paulo. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/09/30/fome-e-crise-estao-abrindo-hiperperiferias-em-sao-paulo.ghtml>. Acesso em: 9 abr. 2024.

uma série de problemas relacionados à falta de acesso a alimentos adequados e à saúde.

Durante a pandemia, várias áreas da cidade de São Paulo foram impactadas de maneiras diferentes, com maior acentuação da fome, transmissão de vírus e morte em certas regiões. Uma análise das áreas com maior prevalência dessas complicações revela padrões preocupantes de desigualdade e vulnerabilidade.

Ao mapear a distribuição espacial da fome na cidade de São Paulo durante a pandemia, é possível realizar uma análise minuciosa e identificar as áreas mais impactadas por esse problema. Este gênero de pesquisa geoespacial não somente desvenda a magnitude da adversidade, como também oferece percepções valiosas acerca dos elementos socioeconômicos e ambientais que contribuem para a vulnerabilidade alimentar em diferentes regiões da cidade.

O mapeamento da distribuição espacial da fome, não apenas amplia nossa compreensão da crise alimentar na cidade, mas também acentua uma visão especializada das regiões mais detalhadas que podem provocar uma maior atenção governamental para suas ações. E assim, promover medidas de segurança alimentar que possam reduzir as diferenças socioeconômicas entre os bairros sem agravar essa situação.

Bairros periféricos, com menor acesso a recursos e serviços básicos, apresentaram índices mais elevados de insegurança alimentar³. A falta de renda devido ao desemprego, o fechamento de escolas que forneciam alimentação para crianças e a interrupção de programas de alimentação foram fatores cruciais para do avanço da fome⁴.

A pandemia teve um impacto significativo na segurança alimentar em São Paulo, destacando a necessidade de políticas públicas eficazes. Foram implementadas medidas como distribuição de cestas básicas, vouchers para compra de alimentos e ampliação de programas de assistência social. No entanto, a eficácia dessas políticas ainda precisa ser avaliada de forma abrangente.

A relação entre a fome e a desigualdade socioeconômica na cidade durante a pandemia é evidente⁵. Grupos mais vulneráveis, como famílias de baixa renda e

³ JESUS, Josimar Gonçalves de; HOFFMANN, Rodolfo. Desigualdade, insegurança alimentar e fome no Brasil. *Jornal da USP*, São Paulo, 08 fev. 2023. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/desigualdade-inseguranca-alimentar-e-fome-no-brasil/>. Acesso em: 21 maio 2024.

⁴ ONU NEWS. FAO alerta sobre crianças sem alimentos após fechamento de escolas na América Latina. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2020/03/1707752>. Acesso em: 26 abr. 2024.

⁵ OLIVEIRA, Nelson. Desigualdade e abusos na pandemia impulsionam cobranças por Direitos Humanos. *Senado Notícias*, Brasília, 28 ago. 2020. Disponível em:

trabalhadores informais, depararam-se com grandes dificuldades para garantir alimentação adequada e saudável. A desigualdade estrutural existente foi acentuada pelos impactos econômicos e sociais da pandemia, destacando a necessidade de abordagens integradas e inclusivas para lidar com essas questões.

A relevância desta pesquisa reside na necessidade de investigar minuciosamente as raízes e os desdobramentos da fome, em variadas áreas urbanas da cidade, levando em conta a disparidade na distribuição de recursos e no acesso aos alimentos básicos, especialmente em meio à conjuntura de crise sanitária. Tal abordagem permite não apenas uma compreensão mais profunda dos desafios enfrentados, mas também a identificação de estratégias e políticas eficazes para mitigar os impactos devastadores da insegurança alimentar em contextos complexos como o atual.

Desse modo, a ciência geográfica tem por objetivo assumir o discurso da denúncia que ocorre no espaço. E dessa forma, possuir uma compreensão e uma visão crítica dos procedimentos de certas conexões históricas das interações do capital. Nesse sentido, ver a espacialização da miséria é, contudo, uma luta rotineira pela revolução do modo de produção hegemônico que apenas visa o lucro.

A fim de enriquecer o estudo com dados e informações relevantes para o contexto da pandemia, destacam-se fenômenos como o incremento das taxas de desemprego e a fragilização das estruturas das redes de assistência social. Esses elementos, por sua vez, se configuram como fatores determinantes na intensificação do quadro de insegurança alimentar.

CAPÍTULO 1 - O QUE É A FOME?

Desde os primórdios da formação territorial do Brasil, as vastas disparidades econômicas, sociais, culturais e políticas têm sido uma marca permanente em nossa história. Essas desigualdades são discerníveis desde a fundação das pequenas cidades pelos colonizadores e continuam a se manifestar de maneira proeminente em nossa sociedade contemporânea, estendendo-se até as imponentes metrópoles.

Historicamente (CASTRO, 1946), o Brasil apresenta diferentes tipos de fome distribuídos de forma variada pelos diversos territórios. Enquanto na área urbana e periurbana a mercantilização e a capitalização dos alimentos tornam-se fundamentais para a análise, no campo as questões fundiárias mostram-se relevantes nesse contexto da fome.

Desse modo, a cidade se torna em nossa contemporaneidade um palco da materialização constante das ações rotineiras da ação econômica hegemônica, que reflete toda a dinâmica produzida pelas práticas e execuções que a sociedade implementa. Neste cenário, a fome, uma característica histórica marcante, persiste e é exacerbada em inúmeras regiões do país. São Paulo, um dos principais epicentros econômicos nacionais, destaca-se, não somente por sua pujança econômica, mas por suas profundas contradições e desigualdades latentes, que permeiam sua estrutura social.

Assim, consultada, há três metodologias principais utilizadas. Ora define-se como faminto aquele que ingere uma quantidade de calorias, inferior à quantidade entendida como mínima, para a satisfação das necessidades vitais. Em outros casos, o faminto é definido a partir de dados antropométricos, em especial na relação entre a altura e o peso que formam o Índice de Massa Corporal (aquela pessoa que apresenta um índice abaixo do limite estabelecido é considerada faminta) (RIBEIRO JÚNIOR, 2008). Há, também, estudos que estimam a quantidade de pessoas que passam fome através de métodos indiretos, como a comparação entre renda média mensal da população (renda per capita) e o custo de vida.

Entendemos o conceito de fome como uma dimensão da totalidade da vida, enquanto não satisfação de necessidades historicamente determinadas, no que diz respeito à ingestão em quantidades e/ou qualidades insuficientes de alimentos. A desnutrição é a dimensão “biológica”, o resultado objetivo da fome. [...] O termo desnutrição, sistematicamente utilizado nas investigações, na linguagem médica e no discurso das camadas

dominantes, carregado no seu biologicismo, apresenta-se vazio da conotação social que o termo fome traz. (COSTA, 1982, p. 16 e 178).

Segundo a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), a fome vai além da simples sensação de "ter fome". Ela é definida como: A condição na qual as pessoas não têm acesso regular a alimentos nutritivos que são suficientes para suprir suas necessidades alimentares e levar uma vida ativa e saudável.

Em outras palavras, a fome não se trata apenas da falta de comida, mas também da falta de acesso a alimentos de qualidade que forneçam os nutrientes necessários para o desenvolvimento físico e mental das pessoas.

A FAO utiliza cinco indicadores para medir a fome:

Disponibilidade de alimentos: quantidade de alimentos disponíveis para consumo por pessoa em um determinado período.
Acesso aos alimentos: capacidade das pessoas de adquirir alimentos nutritivos para atender às suas necessidades alimentares.
Utilização dos alimentos: capacidade das pessoas de utilizar os alimentos de forma adequada para garantir a nutrição e saúde.
Estabilidade do acesso aos alimentos: acesso regular aos alimentos ao longo do tempo, sem interrupções.
Qualidade dos alimentos: valor nutritivo dos alimentos consumidos.
(FAO, 2023)

A FAO usa cinco indicadores para medir a fome: disponibilidade de alimentos, acesso aos alimentos, utilização dos alimentos, estabilidade do acesso aos alimentos e qualidade dos alimentos. Esses indicadores ajudam a entender a quantidade de alimentos disponíveis, a capacidade das pessoas de obtê-los, como são utilizados para nutrição e saúde, se o acesso é regular ao longo do tempo e a qualidade nutricional dos alimentos consumidos. Essas informações são cruciais para desenvolver políticas e programas eficazes no combate à fome, e na promoção da segurança alimentar globalmente.

Além disso, vale ressaltar que no Brasil o Ministério da Saúde tem como a Escala Brasileira de Medida Domiciliar de Insegurança Alimentar (Ebia) a utilização para medir a insegurança alimentar, no qual, adota quatro categorias: 1. Segurança alimentar - acesso regular e permanente a alimentação de qualidade e quantidade suficiente; 2. Insegurança alimentar leve - comprometimento da qualidade da alimentação em decorrência da quantidade percebida como adequada; 3. Insegurança alimentar moderada - Os adultos estão apresentando alterações nos

padrões alimentares habituais, juntamente com uma limitação na quantidade de alimentos consumidos e 4. Insegurança alimentar grave - definidos pela ruptura do padrão convencional de alimentação, com uma deterioração na qualidade e uma diminuição na quantidade de alimentos consumidos por todos os membros da família, incluindo as crianças que residem nesta casa. Esta situação pode até envolver a experiência de passar fome⁶.

Em seu livro “Geografia da Fome” - Josué de Castro começa a nos conscientizar sobre a definição de fome por ele estabelecida. Em que a fome é definida a partir de três pares conceituais complementares e explicativos do fenômeno da fome. Indicando que a fome poderia ser caracterizada como individual ou coletivo, endêmico ou epidêmico, parcial ou total.

“Não se constitui objeto deste ensaio o estudo da fome individual. [...] O nosso objetivo é analisar o fenômeno da fome coletiva – da fome atingindo endêmica ou epidemicamente as grandes massas humanas. Não só a fome total, a verdadeira inanição que os povos de língua inglesa chamam de “starvation”, fenômeno em geral, limitado a áreas de extrema miséria e a contingências excepcionais, como o fenômeno muito mais freqüente e mais grave em suas conseqüências numéricas, da fome parcial, a chamada fome oculta, na qual pela falta permanente de determinados elementos nutritivos, em seus regimes habituais, grupos inteiros de populações se deixam morrer lentamente de fome, apesar de comerem todos os dias”. (CASTRO, J., 1948, p. 20)

O homem com sua capacidade da construção coletiva consegue se articular para que possa por algum meio de artifício conseguir sua sobrevivência nas maiores dificuldades “A fome pode intervir como força social, capaz de modificar a conduta e o comportamento do homem, agindo, assim, em consequência, como um fator de desajuste entre indivíduos, povos e nações” (CASTRO, 1996, p. 53-54).

Desse modo, para a existência do ser humano, é necessário uma alimentação adequada, assim como considerado no regimento ao direito humano à alimentação, previsto no Art. 6º da Constituição Federal de 1988, na Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, estabelece que a alimentação é um fator crucial para a saúde, atribuindo à direção nacional do Sistema Único de Saúde (SUS) a responsabilidade de formular, avaliar e apoiar políticas de subsistência e nutrição. A execução dessas políticas é de competência das esferas estaduais e municipais.

⁶MINISTÉRIO DA SAÚDE. Insegurança Alimentar e Nutricional. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/glossario/inseguranca-alimentar-e-nutricional>. Acesso em: 21 maio 2024.

Dessa forma, cada pessoa necessita de uma alimentação balanceada para desempenhar suas tarefas cotidianas. Além disso, é imprescindível buscar uma dieta saudável para manter a saúde em dia, seguindo as orientações dos órgãos responsáveis pela saúde pública.

A alimentação é uma necessidade biológica. Como qualquer animal, o homem precisa nutrir-se para sobreviver, pois sem os nutrientes (proteínas, carboidratos, vitaminas, lipídeos, fibras, minerais, etc.) que obtém através da digestão dos alimentos seu corpo não consegue exercer as funções vitais. Por essa razão podemos considerar a alimentação uma das necessidades mais elementares dos seres humanos. (Ribeiro Júnior, José Raimundo Sousa. 2008. p.16).

Com isso, é possível compreender a questão da fome e da insegurança alimentar dos conceitos utilizados globalmente e nacionalmente na discussão alimentar e nutricional na mesa de cada brasileiro. Isso também, configura-se toda uma gama das mudanças sociais que podem interferir no consumo de alimentos e a vulnerabilidade social de risco que o país pode estar percorrendo.

Adicionalmente, associa-se aos versos do grupo musical Racionais MC's, que expressa as dores, angústias e anseios da população mais necessitada. Este relato evidencia a busca por uma qualidade de vida mais favorável e menos sofrida para a classe trabalhadora de baixa renda, visando tanto a atenuação do sofrimento quanto a satisfação de conquistar e melhorar a vida de suas famílias.

“É questão que fartura/ Alegria o sofredor/ Não é questão de preza, nêgo/ A ideia é essa/ Miséria traz tristeza e vice-versa”. (RACIONAIS MC 's, 2002).

O conceito utilizado na música é o da fartura. No qual, a abundância de recursos e oportunidades, traz alegria para aqueles que estão passando por dificuldades. Por outro lado, destaca-se no texto que não se trata apenas de possuir amigos ou prestígio, mas sim do conceito de miséria acarretada a tristeza e reciprocamente. Assim, a pobreza e a dificuldade geram tristeza, e a abundância e o sucesso podem trazer alegria, mas a conexão entre felicidade e sofrimento é complexa e multifacetada.

A fome no Brasil, que perdura, apesar dos enormes progressos alcançados em vários setores de nossas atividades, é consequência, antes de tudo, de seu passado histórico, com os seus grupos humanos sempre em luta e quase nunca em harmonia com os quadros naturais. (CASTRO, Josué de. 2022. p 286)

A fome existente no território de São Paulo não é apenas um reflexo dos tempos atuais, mas uma recorrência histórica devido à construção e ao desenvolvimento do capitalismo no país. No contexto que estamos pesquisando, a fome se manifesta nas múltiplas categorias e graus da contemporaneidade nas espacialidades da maior cidade econômica do Brasil.

CAPÍTULO 2 - COVID-19 E A FOME

Em 26 de fevereiro de 2020, o Brasil confirmou o primeiro caso de infecção pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), identificado na cidade de São Paulo (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020). Este marco histórico marcou o início de uma nova fase na batalha contra a pandemia no território brasileiro. A confirmação do caso inaugurou não apenas uma série de respostas das autoridades governamentais, mas também representou um ponto crucial de inflexão em termos de vigilância epidemiológica em todo o país. A partir desse momento, houve um aumento significativo no empenho público, com o objetivo de conduzir as ações de como a população poderia se comportar para que diminuísse a propagação do vírus, e assim, proteger a saúde pública.

A cidade de São Paulo, como epicentro desse primeiro caso, tornou-se o foco das medidas emergenciais implementadas pelas autoridades sanitárias locais. Ao mesmo tempo, todo o país foi instaurado a adotar uma postura proativa e coordenada para enfrentar a emergência de saúde pública, uma vez que a disseminação do vírus estava agora oficialmente registrada em solo nacional.

Assim, uma série de medidas preventivas foram rapidamente implementadas em todo o Brasil, incluindo campanhas de conscientização pública, ações de rastreamento de contatos, protocolos de higiene aprimorados e restrições de mobilidade. Essas medidas visavam não apenas retardar a propagação do vírus, mas também reduzir os impactos potencialmente devastadores da doença na população brasileira.

Na maior metrópole brasileira, diversas políticas públicas foram implementadas em resposta à pandemia da COVID-19, a fim de atenuar a propagação do vírus e reduzir os impactos na saúde pública. Destacam-se medidas como a obrigatoriedade do uso de máscaras faciais em todos os espaços públicos, a imposição de toque de recolher e, em estágios mais avançados da crise, a adoção do lockdown⁷, uma medida extrema que restringe significativamente a circulação da população, com o objetivo de conter a disseminação viral.

A implementação dessas medidas foi respaldada por evidências científicas e diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS), que reconheceram a eficácia

⁷GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Governo de SP determina quarentena em todo o Estado. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/ultimas-noticias/ao-vivo-governo-de-sp-anuncia-novas-medidas-para-combate-ao-coronavirus-no-estado/>. Acesso em: 9 abr. 2024.

das precauções individuais e das restrições coletivas na contenção da propagação do coronavírus. A exigência do uso de máscaras, por exemplo, demonstrou-se uma estratégia fundamental na redução da transmissão do vírus em ambientes de maior aglomeração, como transportes públicos e estabelecimentos comerciais.

Além disso, o estabelecimento de horários restritos de circulação e a imposição de lockdowns foram medidas necessárias para reduzir a interação social e, conseqüentemente, a disseminação do agente patógeno. Estas medidas foram aplicadas de forma gradativa, levando em consideração a evolução da situação epidemiológica e a capacidade do sistema de saúde em lidar com o aumento de casos.

Famílias com muitos membros passaram a enfrentar uma redução na frequência das refeições, especialmente quando há crianças em casa, devido ao fechamento das escolas e à interrupção na distribuição das merendas⁸. O drama dessas famílias torna-se evidente quando as doações de cestas básicas diminuem, influenciadas por diversos fatores, tanto pelo acréscimo do medo de contaminação durante a distribuição, como no encarecimento dos produtos básicos alimentícios e o crescente fechamentos de empresas que culminou no crescimento dos índices de desemprego do país.

De forma crescente, o desemprego é constituído de pessoas que não foram ainda incorporadas ao mercado de trabalho ou que o foram precariamente, e nem foram expulsas de atividades em extinção (DEDECCA, 1997. p75)

É importante ressaltar que, diante desses desafios, a capacidade das famílias em garantir uma alimentação adequada tem sido severamente afetada⁹. A falta de acesso a alimentos nutritivos e a insegurança alimentar tornaram-se questões cada vez mais urgentes, demandando ações coordenadas e eficazes por parte das autoridades públicas e da sociedade civil para frear esses impactos devastadores.

É de relevância que tais políticas não apenas visaram a proteção da saúde pública, mas também buscaram atenuar os impactos socioeconômicos da pandemia.

⁸ JORNAL NACIONAL. Sem a merenda escolar, alimentar crianças em férias preocupa milhões de famílias. G1, São Paulo, 01 jul. 2022. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/07/01/sem-a-merenda-escolar-alimentar-criancas-em-ferias-preocupa-milhoes-de-familias.ghtml>>. Acesso em 15 maio 2024

⁹ FANTÁSTICO. 92% dos moradores de favelas só se alimentaram por causa de doações, diz pesquisa. G1, São Paulo, 19 dez. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2021/12/19/92percent-dos-moradores-de-favelas-so-se-alimentaram-por-causa-de-doacoes-diz-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 21 maio 2024.

Para isso, foram implementadas medidas de apoio social e econômico, como auxílios financeiros¹⁰ e programas de suporte às pequenas empresas afetadas pelas restrições.

Na figura 1, podemos analisar o período de Jan/2019 à Jan/2022 a situação da cidade de São Paulo em relação a fome, contou com um aumento gradativo nas regiões descentralizadas do município. Verificamos que segundo os dados da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, a variação no aumento da fome apresentou um crescimento progressivo ano após ano, e ocorreu uma consequência expressiva nos números, como cerca de 30% das famílias em situação de extrema pobreza na maior e mais rica cidade do Brasil¹¹.

O Governo brasileiro considera a extrema pobreza pessoas que possuem uma renda per capita inferior mensal a R\$200,00¹². Nesse sentido, os números mostrados pela região Sul da cidade de São Paulo mostram uma maior acentuação da extrema pobreza com um público com renda per capita de até R\$105,00. Região essa com maior vulnerabilidade social também em relação a saúde, educação e moradia.

¹⁰ SENADO FEDERAL. MP do auxílio emergencial de R\$ 300 até dezembro chega ao Congresso. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/09/03/mp-do-auxilio-emergencial-de-r-300-ate-dezembro-chega-ao-congresso#:~:text=As%20regras%20gerais%20de%20renda>>. Acesso em: 9 abr. 2024.

¹¹ G1. Quantidade de famílias em situação de miséria na cidade de SP cresce mais de 30% em janeiro de 2022, na comparação com 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/05/24/quantidade-de-familias-em-situacao-de-miseria-na-cidade-de-sp-cresce-50percent-em-janeiro-de-2022-na-comparacao-com-2021.ghtml>>. Acesso em: 21 maio 2024.

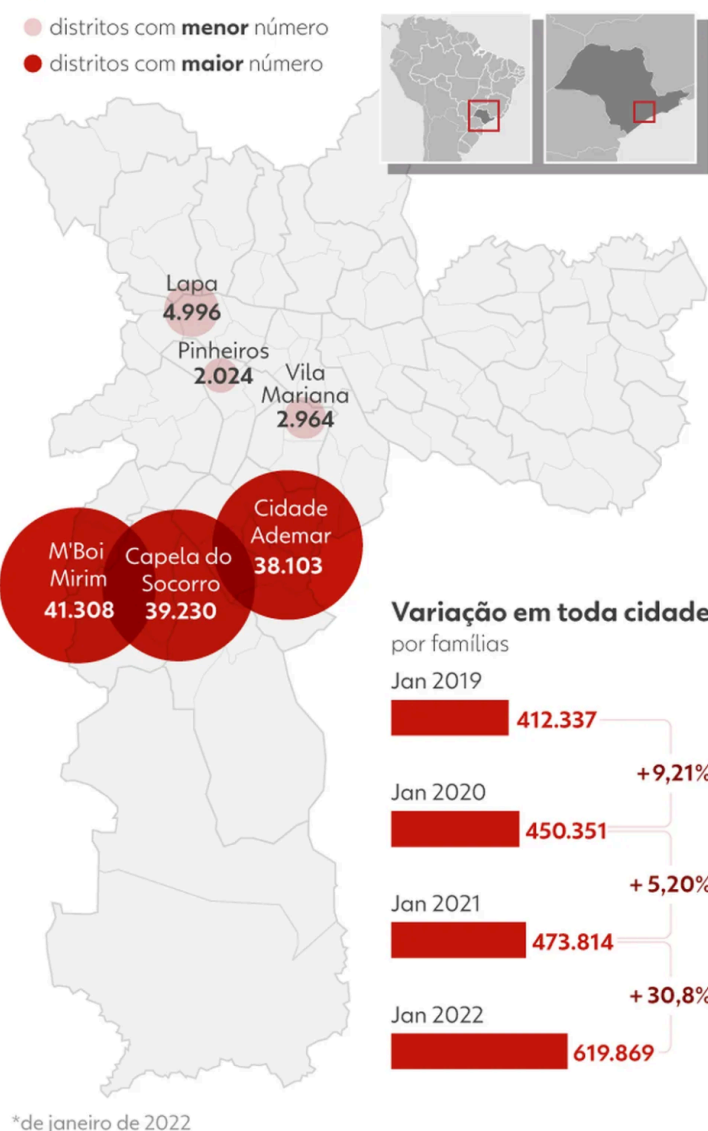
¹² GOVERNO FEDERAL. Reajusta as faixas de extrema pobreza e de pobreza e aumenta o valor dos benefícios assistenciais pagos a essas famílias. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2021/11/governo-federal-reajusta-as-faixas-de-extrema-pobreza-e-de-pobreza-e-aumenta-o-valor-dos-beneficios-assistenciais-pagos-a-essas-familias>>. Acesso em: 21 maio 2024.

Figura 1

Extrema pobreza na cidade de São Paulo

Quantidade de famílias em situação de extrema pobreza cresce 30,8% em 2022

619.869 famílias estão em situação de extrema pobreza na cidade de São Paulo, de acordo com os dados do CADÚnico*



Fonte: Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
Infográfico elaborado em: 23/05/2022

A partir desse ponto de inflexão, as autoridades de saúde pública e alguns líderes governamentais concentraram seus esforços na implementação de estratégias abrangentes de resposta à pandemia, baseadas em evidências científicas, visando proteger a saúde e o bem-estar da população brasileira.

Vale resgatar a importância das bases históricas da ciência geográfica, conforme apresentadas por (RATZEL,1990), que evidenciam como o ambiente influencia os padrões culturais e o desenvolvimento social de uma determinada localidade. A relação entre o ser humano e seu meio ambiente é dinâmica, marcada por interações complexas, mas não se limita apenas às influências diretas do meio.

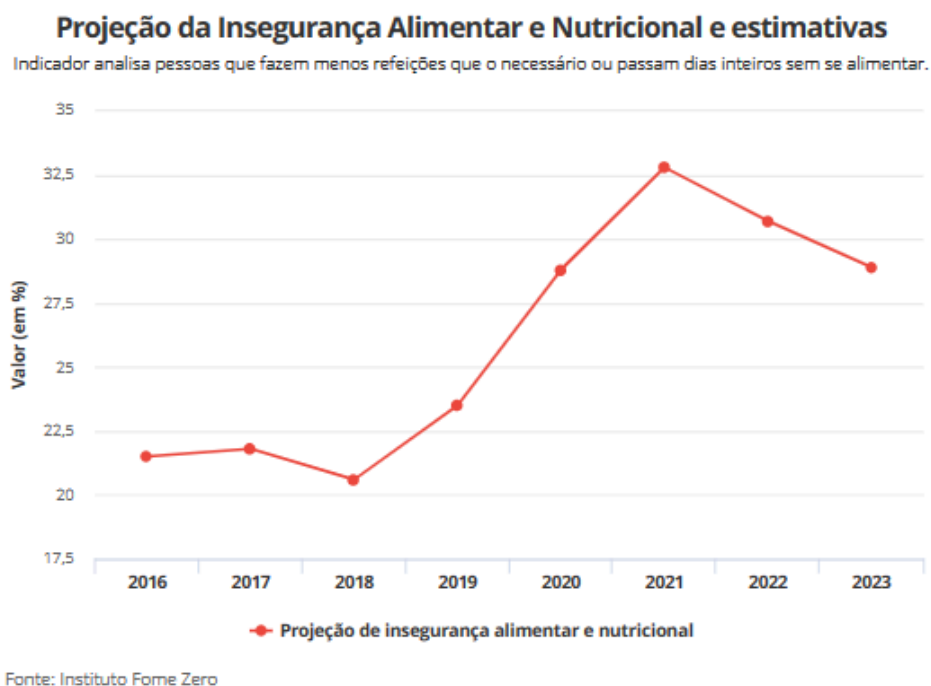
Se o meio, humanizado, seria a tradução da humanidade do homem e da natureza humanizada; o espaço geográfico seria a contradição entre o homem e a natureza; o embate entre os homens, o domínio da natureza não coincidindo com a apropriação da natureza. (DAMIANI, 2005, p. 66)

Em diferentes regiões, independentemente das distâncias geográficas, aspectos socioeconômicos exercem influência sobre as escolhas e trajetórias das pessoas. Por exemplo, o acesso a moradia, alimentação e qualidade de vida está diretamente ligado a contextos socioeconômicos específicos, impactando as decisões individuais e coletivas dos habitantes dessas regiões.

Um regime econômico fundado na privação criou as condições que explicam o aumento dos sem-teto, o crescimento das favelas, a multiplicação dos moradores de rua e o adensamento da horda de transeuntes e passageiros que perdem horas de seus dias em deslocamento exaustivos e vazios de sentido próprio. (SIMONI, César. 2020)

No gráfico abaixo promovido pelo Instituto Fome Zero fez uma projeção das porcentagem das pessoas que fazem menos refeições que o necessário ou passam dias sem se alimentarem. Com isso, nos anos de 2019 até 2021 percebemos um aumento considerável em relação aos anos anteriores. Nos anos de 2021 a 2023 ocorreu uma queda dos números.

Gráfico 1



No figura 2 (2021), nos mostra a taxa de mortalidade por distrito na cidade de São Paulo. Observa-se que os índices ficam mais acentuados e intensificados progressivamente de acordo do centro à periferia, ou seja, áreas com maiores incidências de mortalidade se concentram em regiões mais afastadas no centro da cidade. Também podemos considerar que os distritos com maior concentração de pessoas com poder aquisitivo elevado, possuem uma taxa de mortalidade inferior às demais regiões da cidade.

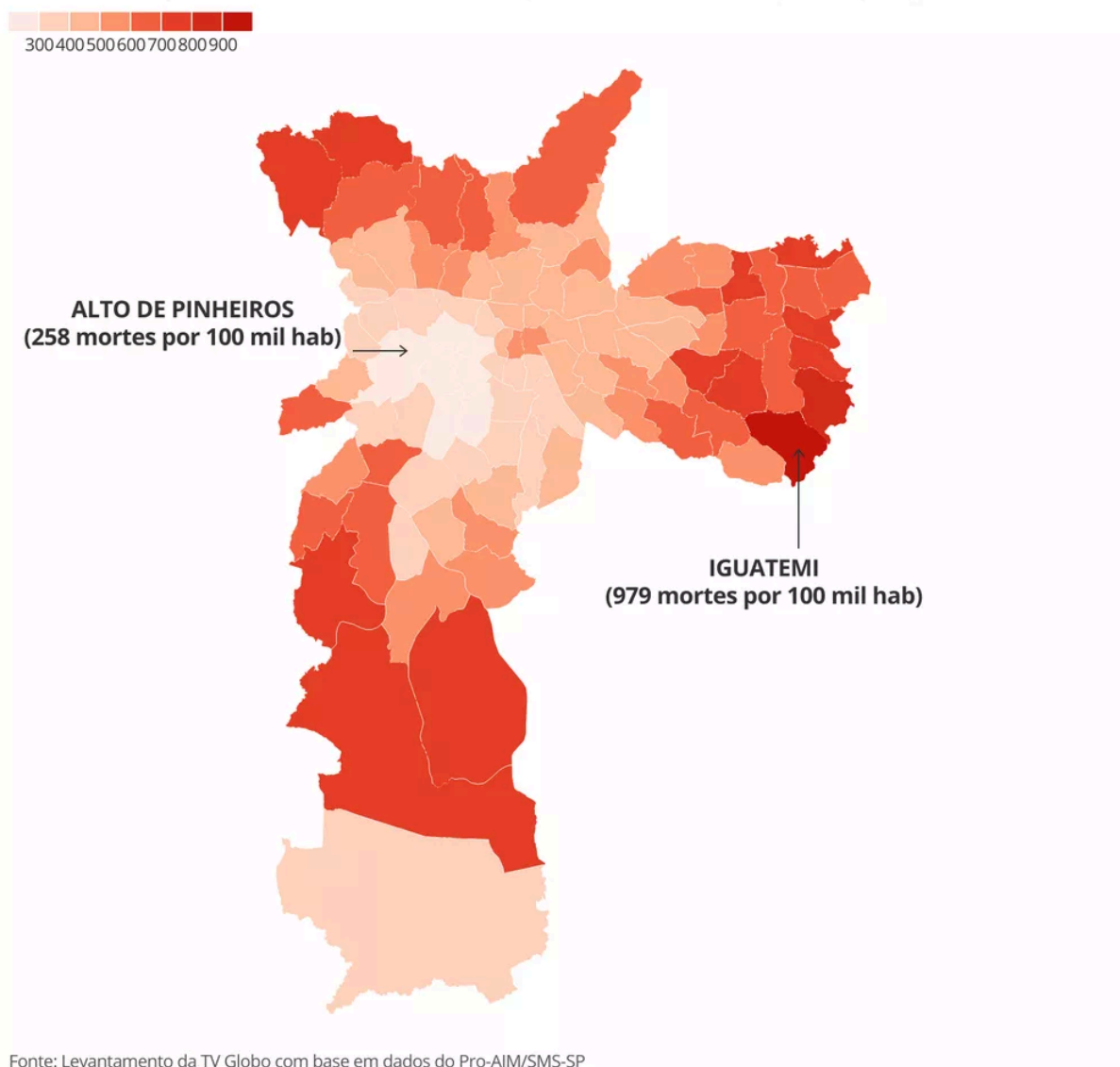
É importante destacar que as regiões Norte, Leste e Sul da cidade de São Paulo apresentam uma maior prevalência de cores fortes, indicando um maior número de casos de mortes nessas localidades. Esses dados geográficos são essenciais para entender a distribuição e a intensidade dos casos de mortes nas diferentes regiões da cidade.

Figura 2

Covid-19: taxa de mortalidade por distrito da cidade de São Paulo

Considera as mortes suspeitas e confirmadas por distritos até 02/07.

Os números representam a incidência de mortes por 100 mil habitantes ajustada pelo perfil etário.



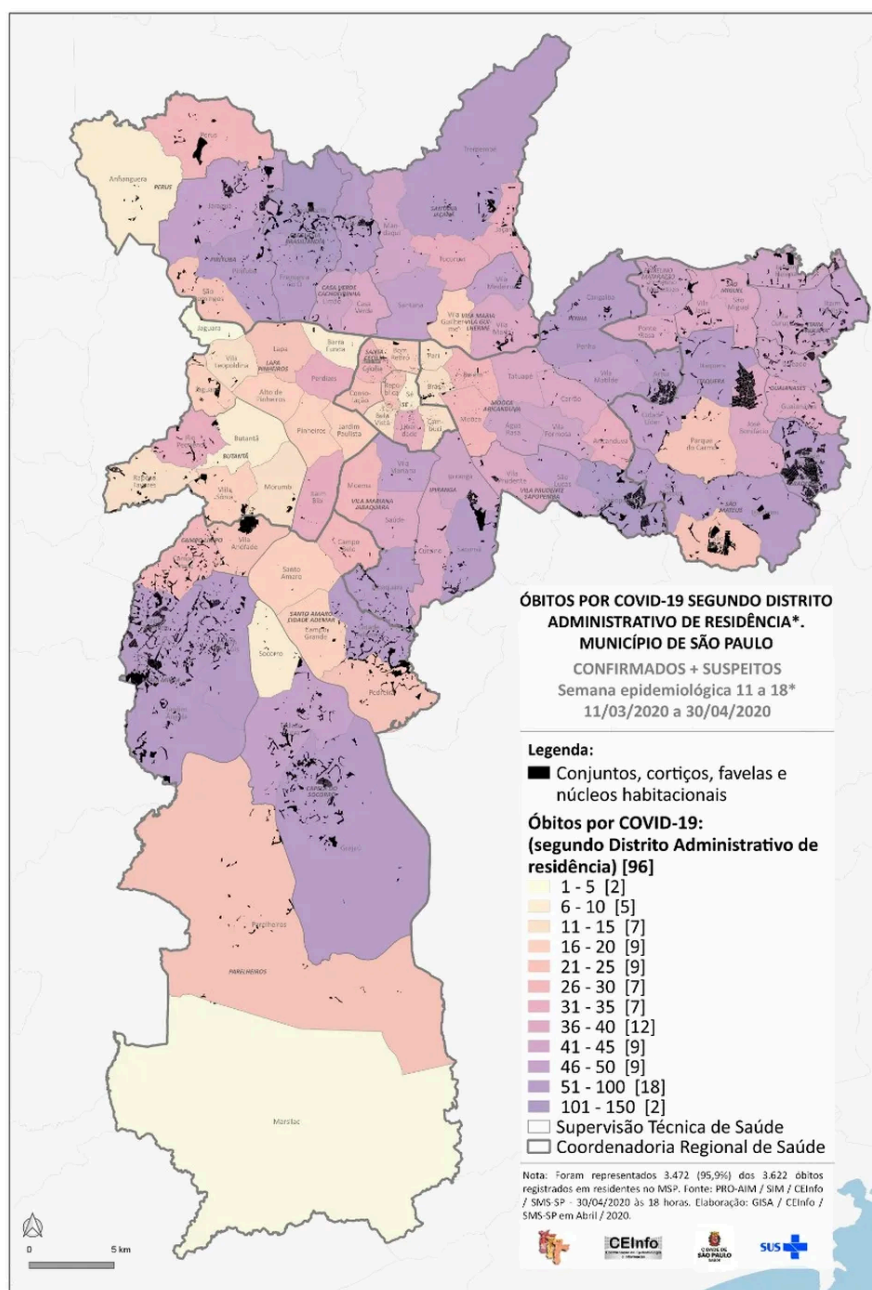
Mortes suspeitas e confirmadas por Covid em 2021 na cidade de SP já ultrapassam total de 2020 | São Paulo | G1 (globo.com)

Já neste mapa 3, verificamos as regiões com maior concentração de óbitos nas favelas e conjuntos habitacionais, onde se configura a instalação da população mais desfavorecida da cidade. A disseminação do vírus ocorreu de forma mais acentuada e tornando-se o epicentro da pandemia de covid-19 em São Paulo¹³. Já

¹³ NEXO JORNAL. Como a desigualdade afeta a disseminação do vírus em São Paulo. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/05/04/Como-a-desigualdade-afeta-a-disseminacao-do-virus-em-Sao-Paulo>. Acesso em: 21 maio 2024.

que essa população mais carente não possui o privilégio de ficar em casa, devido suas condições financeiras para suprir suas necessidades básicas.

Mapa 1



Bairros com maior número de mortes por coronavírus em SP concentram favelas e conjuntos habitacionais | São Paulo | G1 (globo.com)

Na figura 4, existe uma correlação de dados entre a pobreza e a morte pelo vírus da covid-19 na cidade de São Paulo. Percebemos que a atuação e o impacto do vírus no município é uma questão de atuação desigual, ou seja, uma diferença

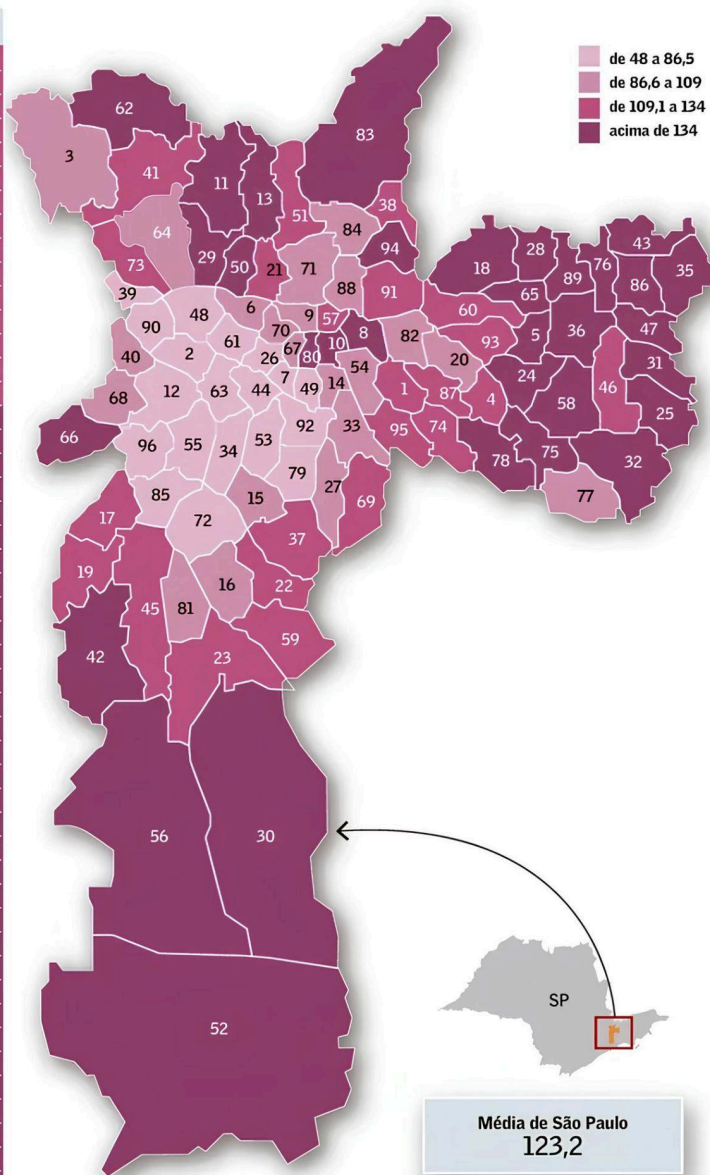
entre as diversas regiões que compõem a cidade. Uma característica é o fato dos lugares de poder econômico estarem com uma menor taxa de mortalidade, enquanto que as regiões pobres sofrem com a mortalidade e fome. Devido ao aumento da taxa de mortalidade nos bairros mais pobres pelo motivo da desigualdade socioeconômica sofrer em decorrência ao avanço da contaminação do novo coronavírus. Assim, percebe-se que os impactos da contaminação e morte pelo vírus se materializa nas regiões mais pobres da cidade.

Figura 3

Mais pobreza, mais mortes em SP

Taxa de mortalidade por 100 mil habitantes*

Distrito da cidade	Taxa	Distrito da cidade	Taxa
44 Jardim Paulista	48,1	74 São Lucas	116,2
2 Alto de Pinheiros	50,8	1 Água Rasa	117,4
63 Pinheiros	51	93 Vila Matilde	118
53 Moema	55,4	38 Jaconã	122,1
61 Perdizes	56,4	23 Cidade Dutra	123,2
12 Butantã	62,2	91 Vila Maria	123,2
34 Itaim Bibi	63,5	22 Cidade Ademar	124,4
26 Consolação	64	51 Mandaqui	127,5
7 Bela Vista	64,3	46 José Bonifácio	127,9
48 Lapa	68,4	57 Pari	128,3
92 Vila Mariana	69,4	4 Aricanduva	128,6
90 Vila Leopoldina	70,2	41 Jaraguá	129,9
55 Morumbi	70,4	45 Jardim São Luís	133,5
79 Saúde	70,8	19 Capão Redondo	133,8
72 Santo Amaro	74,7	21 Casa Verde	134
96 Vila Sônia	80,3	30 Grajaú	134,4
39 Janguara	82,3	18 Cangaíba	135
49 Liberdade	86,2	83 Tremembé	135,2
15 Campo Belo	86,8	65 Ponte Rasa	135,7
82 Tatuapé	89,4	28 Ermelino Matarazzo	136,4
6 Barra Funda	90,6	66 Raposo Tavares	137,2
70 Santa Cecília	90,9	94 Vila Medeiros	138,9
40 Jaguaré	91,7	35 Itaim Paulista	140,1
81 Socorro	92	36 Itaquera	140,8
71 Santana	92,3	8 Belém	141,7
16 Campo Grande	92,6	80 Sé	142,4
88 Vila Guilherme	93,1	52 Marsilac	142,6
85 Vila Andrade	94,9	75 São Mateus	144,2
33 Ipiranga	96,4	50 Limão	145,6
27 Cursino	98,2	24 Cidade Líder	146,3
84 Tucuruvi	98,3	42 Jardim Ângela	147,4
67 República	98,5	29 Freguesia do Ó	147,9
54 Mooca	99,7	5 Artur Alvim	150,4
68 Rio Pequeno	103,3	56 Parelheiros	152,7
14 Cambuci	103,8	58 Parque do Carmo	154,1
77 São Rafael	104,7	86 Vila Curuçá	154,1
9 Bom Retiro	105,6	89 Vila Jacuí	154,5
64 Pirituba	105,8	78 Sapopemba	157,5
20 Carrão	106,1	62 Perus	157,8
3 Anhanguera	108,6	11 Brasilândia	164,7
37 Jabaquara	109,2	13 Cachoeirinha	167,2
69 Sacomã	109,6	25 Cidade Tiradentes	173,3
59 Pedreira	111,1	76 São Miguel	175,1
95 Vila Prudente	113,3	31 Guaianases	187,5
60 Penha	113,9	47 Lajeado	188,4
87 Vila Formosa	115,1	43 Jardim Helena	188,5
17 Campo Limpo	115,5	32 Iguatemi	191
73 São Domingos	115,9	10 Brás	192,3



Fonte: "Social Inequalities and Covid-19 mortality in the city of São Paulo. * Taxa ajustada por idade

A prevalência da fome na cidade de São Paulo é um problema crítico, a prevalência da fome na cidade de São Paulo, particularmente nos bairros periféricos que abrigam uma maior concentração da população mais pobre. Essas áreas são marcadas por uma gama de vulnerabilidade sociais e uma notável ausência de políticas públicas. Como demonstra a figura 4 as mortes, as mortes estão mais direcionadas na população com menor poder econômico do município. Isso se deve aos desafios de saúde e emprego que esses cidadãos enfrentam em sua luta pela sobrevivência, e que são frequentemente negligenciados pelo poder governamental.

CAPÍTULO 3 - O IMPACTO DA CRISE ECONÔMICA NA FOME

O governo brasileiro antecipava que os efeitos da pandemia de COVID-19 sobre a economia do país incluíam uma diminuição nas exportações, uma queda nos preços das commodities e, por conseguinte, uma deterioração dos termos de troca. Além disso, esperava-se a interrupção das cadeias produtivas em alguns setores, uma redução nos preços dos ativos e uma deterioração das condições financeiras, bem como uma diminuição no fluxo de pessoas e mercadorias (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020b).

O capital se comporta em favor da sua produção e reprodução no espaço, ocorrendo assim uma valorização de uma determinada região, sempre buscando sua constante expansão para fins lucrativos de seus movimentos internos e externos da economia global. Segundo (SMITH, 1988) os capitalistas escolhem os lugares aos quais irão investir seu capital, através dos espaços mais oportunos de reprodução do capital e consequentemente expandindo o crescimento econômico global, assim, produzindo diferenças entre regiões.

À medida que a incerteza em relação ao panorama econômico se disseminava, tanto investimentos quanto o consumo de bens e serviços foram adiados ou cancelados, tanto no mercado interno quanto externo. Isso ocorreu devido à redução da atividade econômica em outros países, impactando negativamente tanto o volume quanto o preço das exportações brasileiras. A diminuição do comércio desencadeou uma série de eventos na economia, incluindo redução na produção e na jornada de trabalho, demissões de trabalhadores, aumento de falências e uma retração na oferta de crédito por parte do setor bancário devido ao aumento do risco de investimento (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020b).

No ano de 2019, os dados do mercado de trabalho no Brasil indicavam uma taxa de desemprego em torno de 12%, uma taxa de informalidade de 41% e uma taxa de desalento de 4%¹⁴. Esses números refletem a realidade de uma sociedade capitalista marcada por contradições intrínsecas.

Contradição no modo capitalista de produção. Os trabalhadores são importantes para o mercado como compradores de mercadorias. Mas como vendedores de suas mercadorias – a força de trabalho – a sociedade

¹⁴ UOL ECONOMIA. Desemprego bate recorde no Brasil em 2020 e atinge 13,4 milhões de pessoas. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2021/02/26/desemprego---pnad-continua---dezembro-2020.htm>>. Acesso em: 21 maio 2024.

capitalista tem a tendência de restringi-las ao seu preço mínimo. Contradição adiante: os períodos nos quais a produção capitalista exerce todas suas forças regularmente se mostram períodos de superprodução, porque o limite da aplicação das forças produtivas não é simplesmente a produção de valor, mas também a sua realização. Porém, a venda de mercadorias, a realização do capital mercadoria, e assim também a da mais-valia é restringida não pelas necessidades de consumo da sociedade em geral, mas pelas necessidades de consumo de uma sociedade na qual a grande maioria sempre é pobre e deve sempre permanecer pobre (MARX, 1978, p. 391).

Podemos ver no gráfico abaixo no ano de 2020 um pico de até 15% de desemprego no Brasil e uma pequena variação até o segundo trimestre de 2021. Isso se configura numa grande quantidade de mão de obra ociosa no mercado de trabalho e entrada dessa população na informalidade. Marx já nos avisa no seu livro - O Capital volume I - que a burguesia se aproveitava do exército de mão de obra para desenvolver e acumular sua riqueza para ser sempre explorado.

Mas se uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta. Ela fornece a suas necessidades variáveis de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional (MARX, 2017, p. 707)

Gráfico 2

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

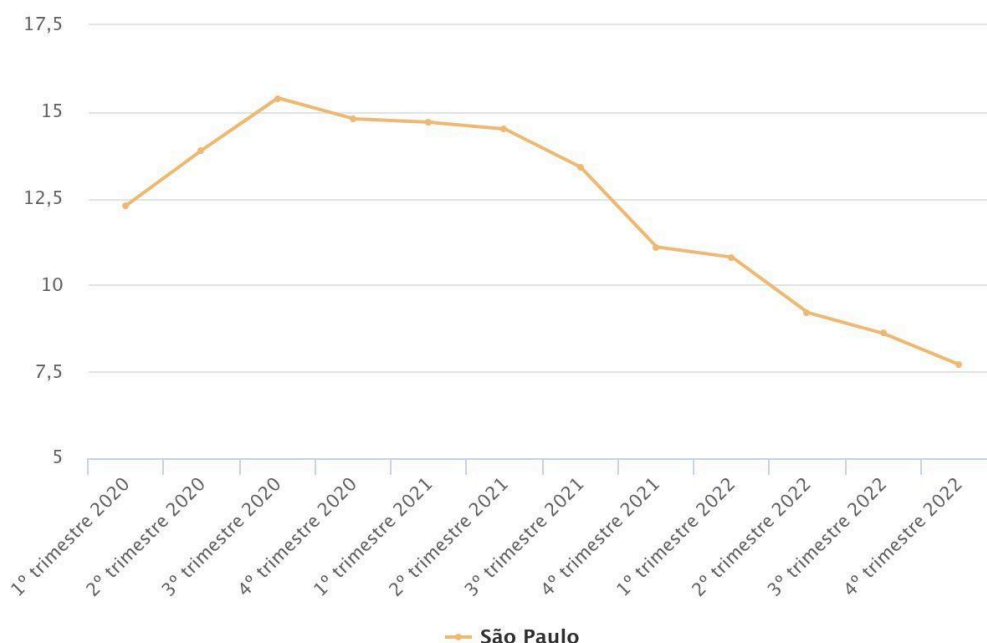
Já no estado de São Paulo, mostrado no gráfico, podemos observar que segue a mesma configuração do Brasil. No entanto, a partir do terceiro trimestre de 2021 as taxas de desemprego começam a decrescer. Podemos relacionar tanto no primeiro gráfico como no segundo a questão do avanço da vacinação à população brasileira, que em Agosto de 2021 cerca de 50% da população tinha tomado ao menos uma dose da vacina contra a COVID-19¹⁵.

Dessa forma, à medida que as restrições sanitárias são reduzidas, a retomada das atividades cotidianas da população vai voltando à normalidade. O que impulsiona a reativação da economia local. Esse retorno progressivo das pessoas à circulação pela cidade tem um impacto significativo na busca por emprego e na dinâmica do mercado de trabalho. O aumento da mobilidade social não apenas contribui para a recuperação econômica, mas também reflete a confiança renovada dos cidadãos, nas condições sanitárias e na estabilidade socioeconômica, influenciando gradativamente o reinício das ações do setor econômico.

¹⁵ INSTITUTO BUTANTAN. Retrospectiva 2021: segundo ano da pandemia é marcado pelo avanço da vacinação contra Covid-19 no Brasil. Disponível em: <https://butantan.gov.br/noticias/retrospectiva-2021-segundo-ano-da-pandemia-e-marcado-pelo-avanco-da-vacinacao-contra-covid-19-no-brasil#:~:text=Em%20113%20dias%20de%202021,67.723%20mortes%20confirmadas%20pelo%20Conass..> Acesso em: 21 maio 2024.

Gráfico 3

Taxa de desocupação (%)



Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

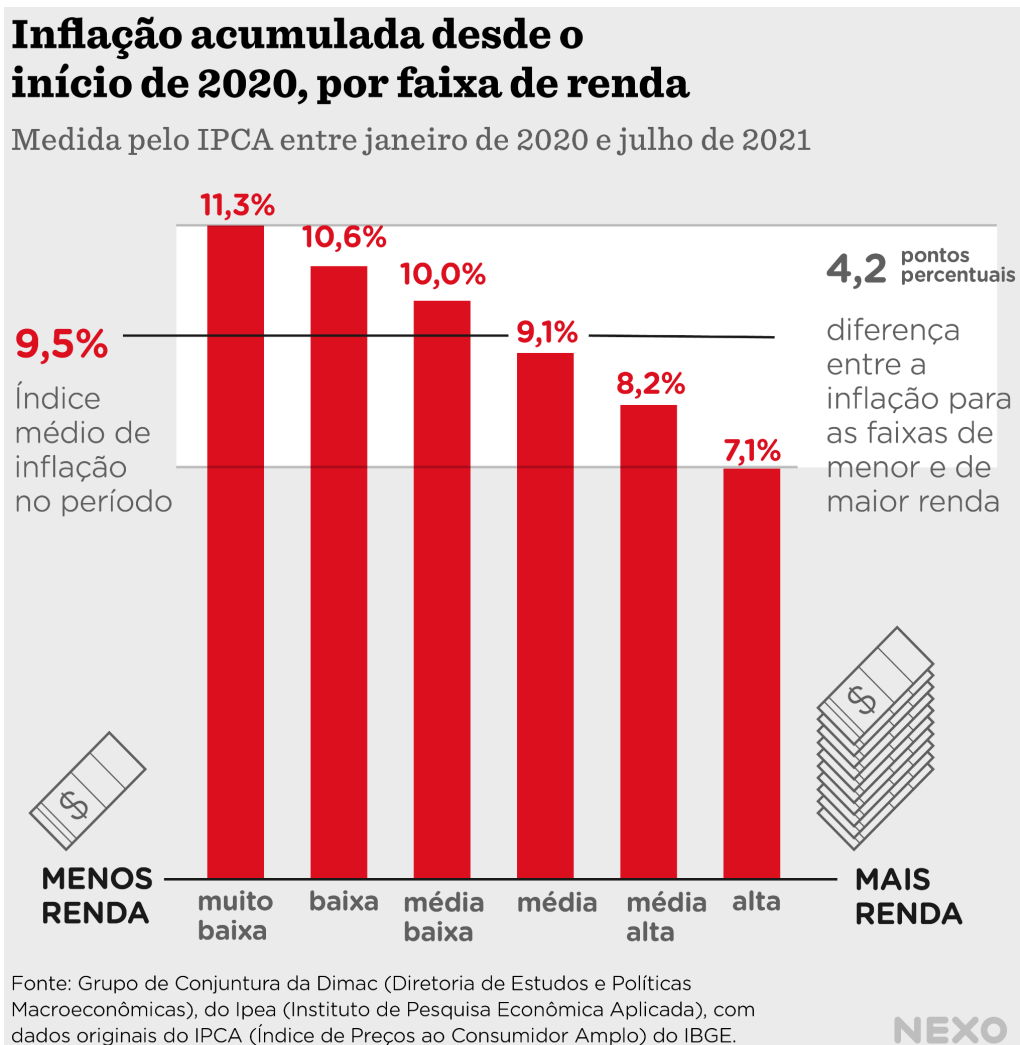
Dados do IBGE¹⁶ mostra que a inflação é o índice que mede os aumentos dos preços e serviços. Durante o período da pandemia, a crise econômica foi potencializada, permitindo a análise do processo inflacionário no Brasil, onde a média atingiu cerca de 9,5%. Isso resultou no aumento de preços dos produtos para a classe social com menor poder de compra, ou seja, uma parcela da população que contém uma renda mais baixa passou dificuldades em comprar seus mantimentos, como carne e feijão, que são itens básicos, devido à inflação estar em um nível elevado juntamente com o desemprego, favorecendo assim o aumento da condição de insegurança alimentar e fome.

Os preços do óleo de soja (103,79%) e do arroz (76,01%) dispararam no acumulado do ano passado. Outros itens importantes na cesta das famílias também tiveram altas expressivas, como o leite longa vida (26,93%), as frutas (25,40%), as carnes (17,97%), a batata-inglesa (67,27%) e o tomate (52,76%) (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO IBGE, 2021).

¹⁶ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Inflação. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php#:~:text=Infla%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A9%20o%20nome%20dado>>. Acesso em: 21 maio 2024.

Nesse sentido, no contexto da pandemia a intensificação dos preços e das elevadas taxas de inflação que assolaram a população brasileira colocou a população mais vulnerável a buscar alternativas como trabalhos autônomos e doações alimentícias. Além disso, a famílias em situação de miséria da cidade de São Paulo cresceu cerca de 30% de 2021 para 2022¹⁷.

Gráfico 4



Nesse contexto da crise econômica na pandemia, vale ressaltar que regiões mais pobres tiveram um aumento relevante tanto em sua extensão territorial, ou

¹⁷ G1. Quantidade de famílias em situação de miséria na cidade de SP cresce mais de 30% em janeiro de 2022, na comparação com 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/05/24/quantidade-de-familias-em-situacao-de-miseria-na-cidade-de-sp-cresce-50percent-em-janeiro-de-2022-na-comparacao-com-2021.ghtml>. Acesso em: 21 maio 2024.

seja, uma parcela do bairro começou a ter uma expansão e também um aumento da população, a periferia começou a se tornar uma “hiperperiferia”¹⁸.

“... na metrópole de São Paulo, o expressivo crescimento demográfico e a expansão horizontal das áreas periféricas mais distantes, também denominadas hiperperiferia ou fronteira urbana, têm contribuído para o aumento da heterogeneidade das periferias e para o crescimento da pobreza e vulnerabilidade social e ambiental”.(ALVES et al. 142, 2021).

A fome e o risco da fome sempre foram uma artimanha para a reprodução do capitalista, atuando significativamente no sentido que Marx denominou de “coerção muda das condições econômicas” (2013,p.808). Nesse sentido, impedindo que o trabalhador seja mais crítico e esclarecido nas suas reivindicações e protestos devido a coação dos meios de produção/elite dominante do modo de produção bem articulado para aumentar seu acúmulo de poder político e econômico (RIBEIRO JUNIOR, 2021).

Devido aos problemas com a fome, desemprego e econômico presentes na cidade de São Paulo. Ocupações em loteamentos de maneira irregular é de algum modo uma solução que viram para sua sobrevivência da população com maior vulnerabilidade socioeconômica e socioambiental. Nesse sentido, superlotações em áreas de menor infraestrutura começam a ser um ponto de aglomeração e refúgio urbano, para a sobrevivência da população que carece de moradia, saúde e alimentação.

A crise possui uma função importante para sua manutenção no modo de produção capitalista devido a imposição de ordem e racionalidade. Mas que não é pautada por uma ordenação ou lógica, mas que são condições que forçam a algum tipo de racionalidade arbitrária no sistema da hegemonia da classe dominante. No qual possui uma consequência no custo social e humanas na forma de falências, colapsos financeiros, desvalorização forçada, inflação, concentração econômica e política, baixos salários, desemprego e fome. Para a sustentação do capitalismo tudo será criado para uma renovação de suas apropriações e acumulações (HARVEY, 2005).

¹⁸ G1. Fome e crise estão abrindo 'hiperperiferias' em São Paulo. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/09/30/fome-e-crise-estao-abrindo-hiperperiferias-em-sao-paulo.ghtml>. Acesso em: 21 maio 2024.

Em síntese, a crise econômica oriunda do capitalismo e a pandemia da Covid-19 atuante no Brasil e na Cidade de São Paulo ocasionou uma maior acentuação das desigualdades sociais, econômicas e espaciais. E com isso, o Brasil com essas diversas acentuações durante o período de 2020 a 2022 tenha voltado para o mapa da fome. Devido às situações que o sistema da produção capitalista é imposto e produzido em nosso território, a fim de se manter e reordenar por diversas possibilidades de sustentar sua primazia.

CAPÍTULO 4 - MAPEAMENTO DA FOME

O espaço é produto, condição e obra da realização da vida humana (CARLOS, 1994). Neste contexto, a cidade se desenvolve através de uma intrincada rede de interações e transformações entre a sociedade e o espaço ao longo do tempo, durante o processo de sua produção e reprodução. Essa dinâmica faz com que o espaço urbano se torne o cenário central das atividades humanas, refletindo a complexa teia de relações sociais, econômicas e culturais.

As desigualdades socioespaciais se encontram também nas escalas macrorregional e intra-regional, sendo elas bastante desigual entre Norte e Sul pelo fator da ocorrência histórica, no primeiro caso; E por outro um contraste, situado por não ser atrelada a renda, mas pela distinção de acessos aos serviços essenciais. (ARRETCHE, 2015).

A disparidade do território brasileiro é resultado de processos históricos, sociais e econômicos que moldaram a sua configuração ao longo do tempo. Fatores como políticas públicas, investimentos, concentração de atividades econômicas, desigualdade de renda e acesso à educação e saúde contribuem para a perpetuação do desenvolvimento geográfico desigual no país (CRUZ, 2020).

Como ressalta (ARAÚJO, 1993) “O viés abrangente dos macroeconomistas não permite trabalhar com um dado essencial da nossa realidade: somos um país desigual. Não apenas socialmente, mas também regionalmente”. O desenvolvimento geográfico desigual no Brasil refere-se à disparidade e heterogeneidade na distribuição de recursos, infraestrutura, desenvolvimento econômico e social em diferentes regiões do país.

Em uma breve contextualização do território brasileiro, em dados do (IBGE, 2020) cerca de 10,3 milhões de brasileiros compõe de uma alimentação ruim e insuficiente em áreas majoritariamente urbanas¹⁹. Em 2014, o Brasil tinha saído do mapa da fome, segundo a ONU. No entanto, em 2022²⁰, o país retorna ao mapa da

¹⁹SILVEIRA, Daniel. Fome no Brasil: em 5 anos, cresce em 3 milhões o nº de pessoas em situação de insegurança alimentar grave, diz IBGE. G1, Rio de Janeiro, 17 set. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/09/17/fome-no-brasil-em-5-anos-cresce-em-3-milhoes-o-no-de-pessoas-em-situacao-de-inseguranca-alimentar-grave-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: 21 maio 2024.

²⁰SILVEIRA, Daniel. Fome no Brasil: em 5 anos, cresce em 3 milhões o nº de pessoas em situação de insegurança alimentar grave, diz IBGE. G1, Rio de Janeiro, 17 set. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/09/17/fome-no-brasil-em-5-anos-cresce-em-3-milhoes-o-no-de-pessoas-em-situacao-de-inseguranca-alimentar-grave-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: 21 maio 2024.

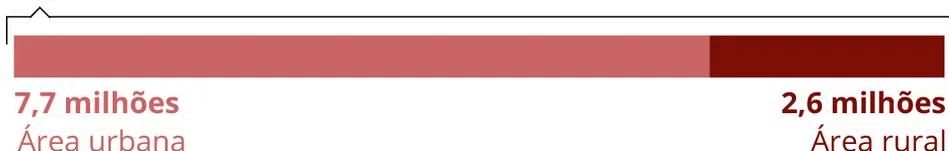
fome devido às circunstâncias políticas, econômicas e de saúde. Como mostra a figura 5, todo o território nacional sofre com a questão da fome. Em nossa análise, verificamos que as regiões Norte e Nordeste possuem uma acentuação maior em comparação com as demais regiões.

Figura 4

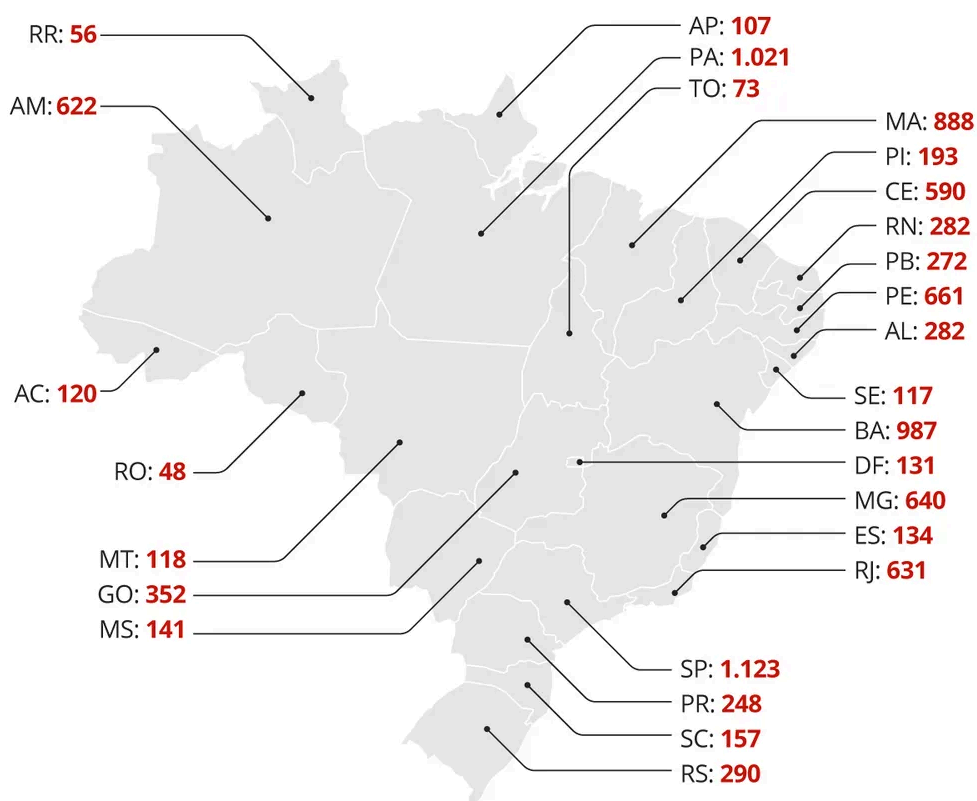
Mapa da fome no Brasil

Cerca de 10,3 milhões de brasileiros têm alimentação ruim e insuficiente

Número de PESSOAS em situação de fome no país:
10,3 milhões



Valores em milhares



Fonte: IBGE

Essa desigualdade pode ser observada em diversos aspectos, como acesso a serviços básicos, oportunidades de emprego, qualidade de vida, infraestrutura urbana e rural, entre outros. A compreensão do desenvolvimento geográfico desigual é essencial para a formulação de políticas públicas mais eficazes e inclusivas, visando reduzir as disparidades regionais e promover um desenvolvimento mais equitativo em todo o território nacional.

Além disso, os fatores das desigualdades sociais apontados por Arretche (2015) são evidenciados pelo modo como o país lidou tanto com questões de saúde física quanto com saúde alimentar. Segundo dados (FAO, 2023), o Brasil tem cerca de 21 milhões de pessoas que não têm o que comer todos os dias e aproximadamente 70 milhões estão em insegurança alimentar, e por fim, contendo 10 milhões de pessoas desnutridas no país.

[...] fome e subdesenvolvimento são uma coisa só, não havendo outro caminho para lutar contra a fome, senão o da emancipação econômica e da elevação dos níveis de produtividade das massas de famintos, que constituem cerca de dois terços da população mundial (CASTRO, J., 1966b, p. 1).

Na cidade de São Paulo, durante o período de 2020 a 2022, a pandemia resultou em aproximadamente 50 mil óbitos, 1 milhão de casos de contaminação e 15 mil internações. No entanto, é importante ressaltar que esses números representam o total da cidade e não refletem especificamente as regiões mais impactadas pelo surto²¹.

Especificamente, esse processo é marcado pela intensificação das relações dentro do modo hegemônico de produção capitalista, contribuindo para um desenvolvimento espacial desigual. Em que a ocupação humana é seletiva através do poder aquisitivo de cada cidadão, de modo que o acesso à educação, moradia e saúde fica mais evidente nos bairros elitizados da cidade de São Paulo. Nesse sentido, a cidade se configura como uma parte da totalidade onde se manifestam as contradições e desigualdades inerentes ao sistema socioeconômico vigente.

Para (LEFEBVRE, 2008), a cidade, não é apenas um espaço físico, mas também um espaço social, político e cultural; A cidade é o produto de relações sociais complexas e que todos os habitantes têm o direito de influenciar e moldar

²¹SEADE CORONAVÍRUS. Painel 1. Disponível em: <https://coronavirus.seade.gov.br/>. Acesso em: 21 maio 2024.

essas relações. Isso significa que o direito à cidade implica não apenas o direito de habitar o espaço urbano, mas também o direito de participar na tomada de decisões que afetam a vida urbana, como planejamento urbano, políticas habitacionais, uso do solo e transporte público.

O direito à cidade se manifesta como uma forma superior dos direitos: o direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade (LEFEBVRE, 2008, p.134).

Nesse fato a ocupação deste espaço pela produção e seu movimento do capital, leva-nos a atentar em uma construção da sociedade-espaço no contemporâneo, ocorrendo assim um fator central mediante. Desta forma, a centralização do capital que completa o trabalho de acumulação, proveniente da concentração da mão do trabalhador, que é uma necessidade da acumulação (SMITH, 1988).

O modo de produção capitalista, leva cada vez mais a buscar uma expansão geográfica e um desenvolvimento desigual para culminar na concentração de riquezas para os agentes hegemônicos. E assim, a elite possuidora dos meios de produção no espaço é privilegiada por seus acúmulos para com aqueles que só obtêm o valor de venda da mão de obra. (MARX, 2017).

Neste sentido, o estado associado ao capital financeiro reestrutura os espaços tornando a cidade como um produto, ou seja, uma mercadoria. Sua centralidade e envolvimento no modo discreto pelo espaço, produzindo uma modificação na paisagem no passar do século. Porém, sempre produzindo um planejamento da estratificação social e hierarquização das classes sociais nos espaços urbanos. “Ao mesmo tempo em que o urbano é a concentração de riqueza, ele é também a concentração da pobreza: enquanto reúne e agrega, ele é exclusão e segregação socioespacial simultaneamente” (SIMONI, 2020).

Destaca-se, a importância da produção do espaço urbano como uma atividade coletiva e socialmente construída. Não é apenas o espaço urbano tornar-se um produto ou uma mercantilização, onde o desenvolvimento das cidades é orientado principalmente pelos interesses do capital, em vez das necessidades e desejos das pessoas que as habitam. Desse modo, o direito à cidade também implica a luta contra as desigualdades socioespaciais, socioeconômicas,

gentrificação, a especulação imobiliária e outras formas de exclusão urbana que marginalizam certos grupos sociais e restringem seu acesso aos recursos urbanos.

Em sua gênese, a cidade de São Paulo, foi constituída através do processo violento e autoritário na composição da colonização e instalações de novos povos, contribuindo para seu desenvolvimento histórico que abrangeu fases de cultivo, industrialização, desindustrialização, migrações e um significativo crescimento populacional de caráter aglomerado e financeiro. Essa trajetória histórica revela diversas realidades urbanas que caracterizam a cidade. Um dos principais desafios enfrentados por São Paulo ao longo de sua história é a persistente desigualdade socioeconômica e que permeia sua estrutura urbana.

O direito à cidade como hoje existe, como se constitui atualmente, encontra-se muito mais estreitamente confinado, na maior parte dos casos, nas mãos de uma pequena elite política e econômica com condições de moldar a cidade cada vez mais segundo suas necessidades particulares e seus mais profundos desejos (HARVEY, 2014, p.63)

A cidade de São Paulo é composta por 32 Subprefeituras e 96 distritos, cada qual com suas próprias características e peculiaridades, que refletem a rica história de sua formação e desenvolvimento. Cada região da cidade apresenta uma identidade única, moldada por influências históricas, geográficas, culturais e socioeconômicas específicas. Desde os primeiros assentamentos até os dias atuais, a construção histórica de São Paulo é evidenciada na arquitetura, nas tradições, na composição demográfica e nas dinâmicas urbanas de cada distrito e subprefeitura. Essa diversidade contribui para a complexidade e a riqueza da paisagem urbana paulistana, tornando-a um mosaico de experiências e vivências que enriquecem o tecido social e cultural da metrópole.

Neste contexto, os mapas abaixo apresentam a distribuição espacial da cidade de São Paulo, destacando as regiões periféricas onde residem os habitantes com menor poder econômico, além de evidenciar a disposição das habitações precárias, como as favelas. Com isso, revela como a classe social mais baixa situa-se na composição espacial da cidade, adequando-se aos fatores financeiros da população que os habita. Uma correlação das salarial com o espaço urbano como as favelas estão localizadas.

A análise do figura 6 revela uma predominância de tons intensos de marrom nas áreas de baixa renda, indicando a concentração dessas populações nas

periferias da cidade. Essa observação sugere uma correlação entre a localização geográfica e o nível socioeconômico dos moradores, com uma maior concentração de renda nas áreas centrais e uma dispersão gradual em direção às periferias. Desse modo, nos mostra onde se instala as famílias que sobrevivem entre $\frac{1}{2}$ a 2 salários mínimos; A figura 7 corrobora para as análises feitas nesse mesmo tema. A população mais carente tende a se estabelecer em áreas periféricas do município, muitas vezes nos limites territoriais de outras cidades, devido aos altos custos e valorização das áreas centrais.

Trata-se de uma pobreza articulada ao funcionamento do centro dinâmico da economia brasileira, espelho das transformações dos setores dinâmicos dessa economia e de seus impactos negativos sobre o mercado de trabalho. (SOUZA, Marcelo Lopes de. p.64. 2004)

O capitalismo se reproduz e sobrevive no processo de renovação da metrópole, colocando-se como condição, meio e produto do próprio capital. Além de produzir desigualdades socioespaciais da metamorfose metropolitana em que faz novos desenvolvimentos, e também um meio e uma condição para se adaptar e desenvolver na dinâmica econômica (LENCIONI, 2011).

Nesse quesito, o espaço geográfico de São Paulo se torna contraditório a partir do momento em que observamos uma cidade altamente rica economicamente, com recursos financeiros e alimentares passar pelo fenômeno da fome em seu território. Podemos ainda ressaltar que a cidade de São Paulo, possui em seu território um dos maiores centros de comercialização de produtos alimentícios. Situada na região oeste do Brasil, abriga a Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP)²², uma importante empresa pública federal.

A CEAGESP opera como uma sociedade anônima e está vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, desempenhando um papel crucial na cadeia de abastecimento nacional de produtos hortícolas. Além de ser reconhecida como a cidade mais rica do país, São Paulo também se destaca por abrigar a maior central de abastecimento de frutas, legumes, verduras, flores, pescados e diversos, o que reforça sua importância como um centro vital para a distribuição de alimentos frescos em larga escala em todo o território brasileiro.

²²CEAGESP. Acesso à Informação: Institucional. Disponível em: <https://ceagesp.gov.br/acesso-a-informacao/>. Acesso em: 21 maio 2024.

Figura 5

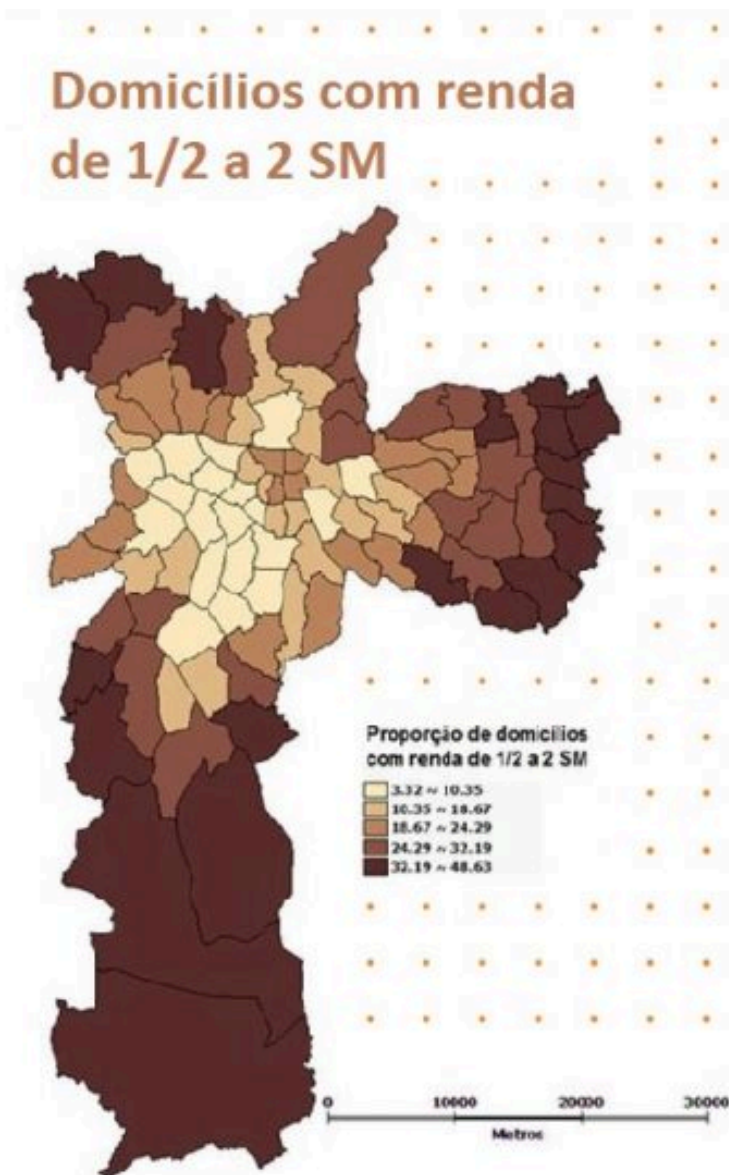
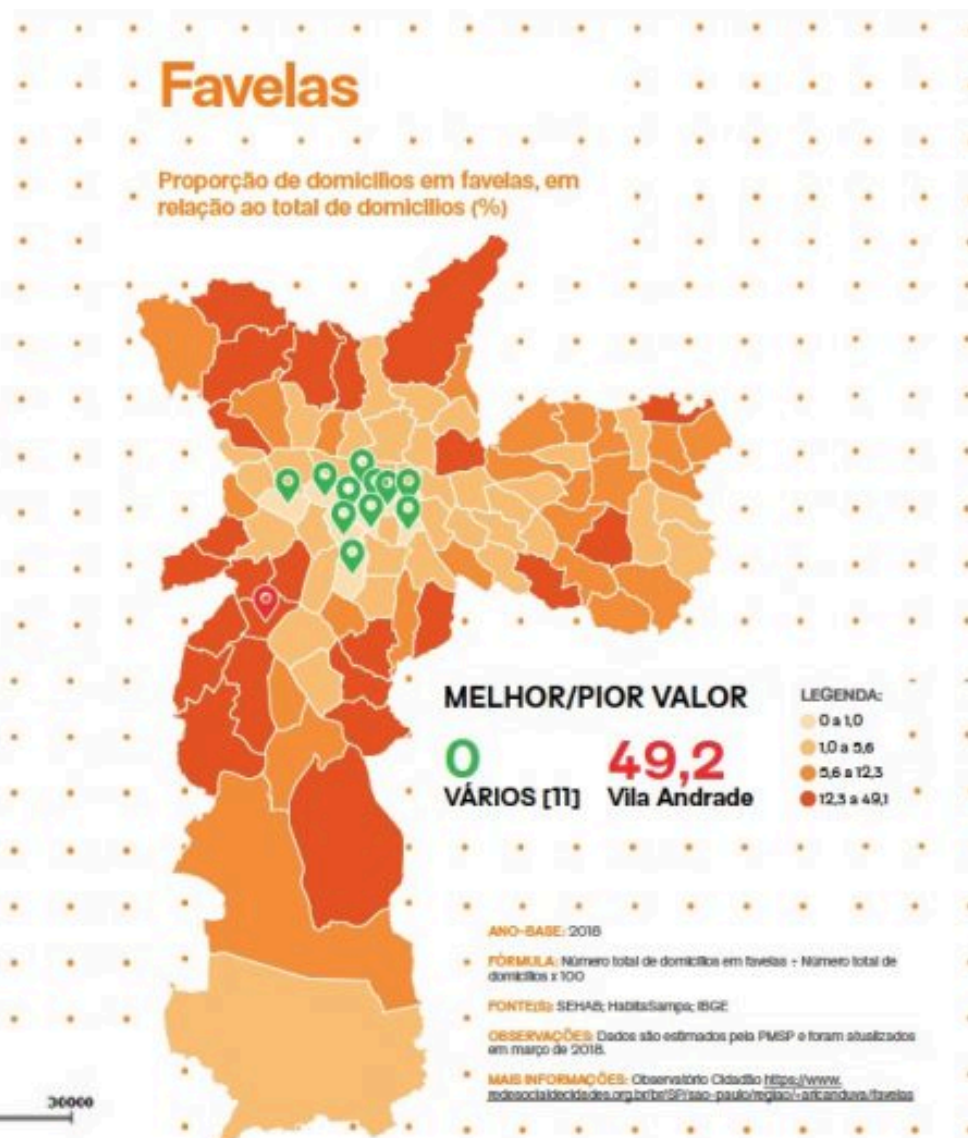


Figura 6



Isso é destacado através da consequência direta da implementação do projeto neoliberal capitalista, que resulta na separação e obscurecimento dos conteúdos da produção da segregação. Através do aprofundamento da miséria, degradação das condições de vida, precarização do trabalho e desemprego em massa (CARLOS, 2006).

No contexto da pandemia, tornou-se cada vez mais evidente o impacto desproporcional sobre os segmentos mais vulneráveis da sociedade. Este fenômeno foi especialmente notório na perda de empregos, onde tanto os trabalhadores formais quanto os informais foram afetados. No setor formal, as empresas viram-se obrigadas a reduzir custos e, como resultado, dispensaram grande parte de sua mão de obra presencial, muitas vezes justificando tais medidas como medidas de contenção de gastos em face da incerteza econômica. Curiosamente, mesmo com a diminuição do quadro de funcionários, muitas dessas empresas continuaram a registrar lucros, demonstrando uma desconexão entre o bem-estar dos trabalhadores e a saúde financeira das corporações.

Por outro lado, os trabalhadores autônomos e prestadores de serviços, que compõem o chamado circuito inferior da economia, foram ainda mais duramente atingidos. Devido às restrições de mobilidade e ao fechamento de diversos estabelecimentos, esses profissionais enfrentam dificuldades para encontrar trabalho e garantir seu sustento diário. Para muitos, a falta de uma rede de segurança social adequada tornou a situação ainda mais desesperadora, ampliando as disparidades socioeconômicas existentes.

A pandemia exacerbou as disparidades salariais e de emprego, ampliando as brechas já existentes. Trabalhadores de setores essenciais enfrentaram condições arriscadas sem um aumento proporcional de salário, enquanto muitos outros perderam seus empregos ou foram forçados a aceitar cortes salariais. A falta de acesso a oportunidades de trabalho remoto também aprofundou as desigualdades, pois aqueles que não tinham acesso a recursos tecnológicos adequados foram prejudicados. Isso inclui principalmente trabalhadores de baixa renda e de setores informais, que muitas vezes não têm acesso a dispositivos eletrônicos confiáveis, ou uma conexão estável com a internet.

O desenvolvimento do mundo da mercadoria leva à construção da ideia de cidadania vinculada ao consumo de bens e serviços, transformando a cultura em um espetáculo que apoia a construção de uma identidade abstrata baseada no

crescimento e poder do mundo das mercadorias. Nesse contexto, a cidade dispersa é descrita como um produto da mera extensão dos limites morfológicos da metrópole, ignorando as descontinuidades importantes no processo de transformação urbana.

As desigualdades econômicas e sociais, a decrescente participação do povo na tomada de decisões geram uma alienação social e econômica, com importantes efeitos na organização do espaço. Isto é uma realidade em todas as escalas da observação geográfica. (SANTOS, Milton. 2015. p.167)

A inserção do modo de produção capitalista, sobre os aspectos urbanos, insere-se na ampliação da classe que mais tem sido favorecida diretamente tanto pela ajuda pública como pelo meio privado. O capitalismo vai se tornando cada vez mais hegemônico através das grandes áreas da valorização do espaço.

Além disso, destaca-se que as políticas urbanas, em nome do progresso, muitas vezes escondem os interesses imobiliários, resultando na expulsão de moradores de áreas que se valorizam com a intervenção do Estado. Isso gera uma segregação econômica, onde a população com menor poder aquisitivo é expulsa para dar lugar a uma nova área que atrai um público com maior poder econômico.

“A formação territorial e a construção das periferias, primeiro da cidade e depois metropolitanas, podem ser consideradas como obra coletiva, não somente pelos processos formais de produção do espaço, normatizados e regulados pelo Estado e pelo capital como pela luta dos movimentos sociais e suas reivindicações. O processo de periferização é próprio da lógica de expansão concentradora do capital realizada no fenômeno de urbanização. Porém, a periferia, que é um constructo sócio histórico, aparece como algo natural e parte fundamental da ideologia de disciplinarização do trabalho” (RAIMUNDO, p.42, 2017).

A segregação social nas questões econômicas é apresentada como um fenômeno complexo e multifacetado, resultante da implementação de políticas neoliberais, da valorização imobiliária e da busca por lucro no desenvolvimento urbano, o que acaba por aprofundar as desigualdades econômicas e sociais na cidade.

A hierarquização do espaço urbano significa a orientação de políticas de valorização na constituição e reprodução de espaços produtivos, que entram em confronto com o uso improdutivo do espaço. Essa hierarquização se reflete na valorização de áreas específicas da cidade em relação a outras, levando à

concentração de recursos e investimentos em determinadas regiões em detrimento de outras.

Também está relacionada à existência da propriedade privada da terra, que contribui para a segregação socioeconômica e a criação de espaços exclusivos para determinados grupos sociais. A lógica de mercado e a busca por lucro muitas vezes orientam a distribuição desigual de recursos e investimentos, reforçando as disparidades socioeconômicas e a segregação espacial na cidade.

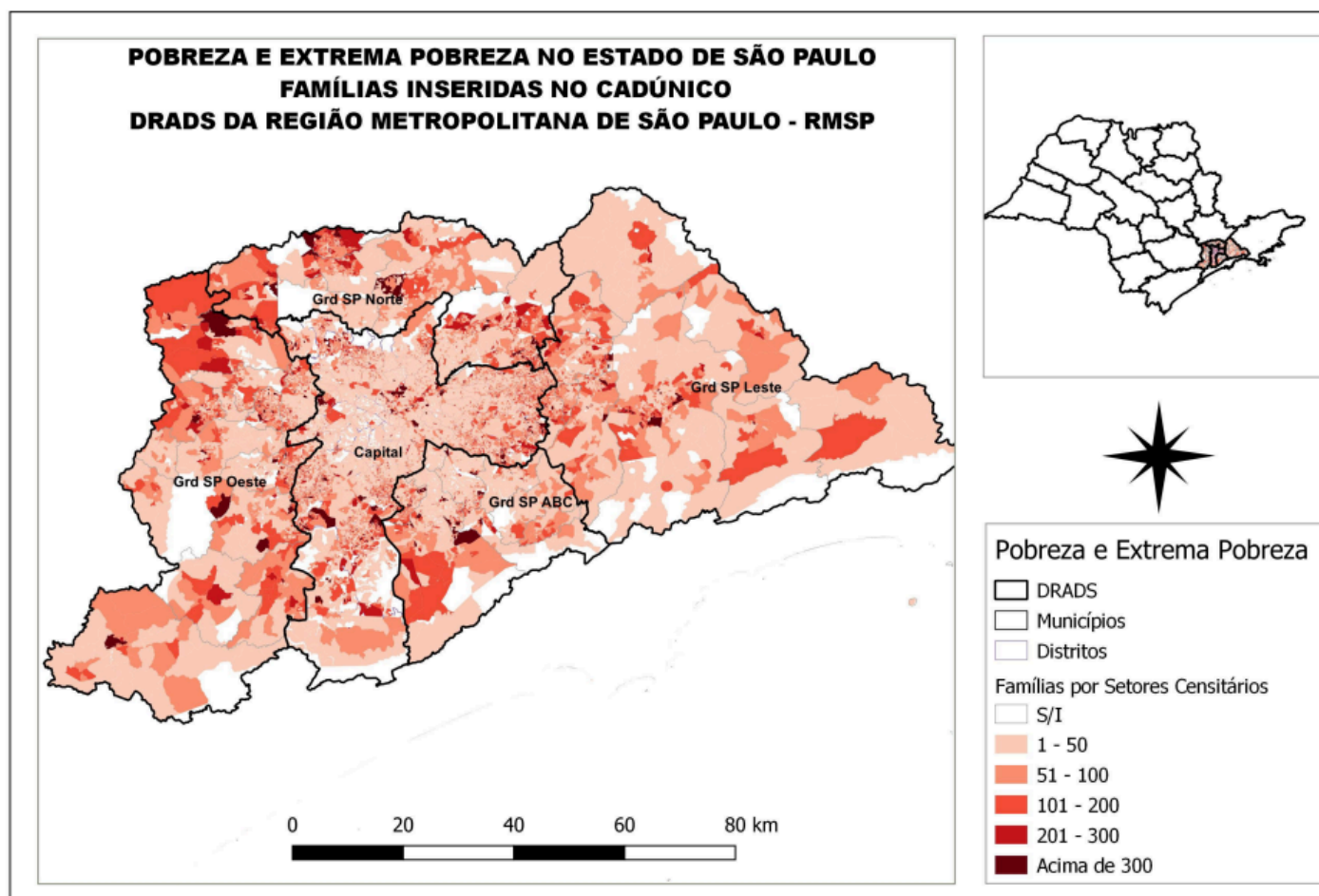
Nesse ínterim, o mapa 8 mostra no contexto da pandemia como a extrema pobreza se intensificou na Grande São Paulo. Com isso, os dados retirados das Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social (DRADS), em que vai indicar as dimensões demográficas e especificidades econômicas e sociais. Para assim, podermos garantir uma melhor compreensão da pobreza na cidade de São Paulo.

As DRADS são caracterizadas como estruturas fundamentais da organização do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) por seu papel na ordenação do compartilhamento das responsabilidades previstas entre os entes federativos, especialmente das atribuições de Estado e Municípios, atuando como órgão de representação local da Pasta. (SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, p.10, 2021)

Com isso, verificamos que a Região Metropolitana de São Paulo sofreu durante todo o ano de 2021 com as questões relacionadas à fome. Com algumas desigualdades comumente entre as regiões, ou seja, uma desigualdade socioespacial presente, já que se configura em uma área de poder econômico de maior destaque no país²³.

²³ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. São Paulo: Produto Interno Bruto dos Municípios. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-paulo/pesquisa/38/47001?tipo=ranking>. Acesso em: 21 maio 2024.

Mapa 2



Fonte: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL ATLAS DIGITAL. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/wp-content/uploads/2023/06/atlas-digital-pobreza-e-extrema-pobreza-2021.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2024.

Podemos verificar as desigualdades da cidade de São Paulo no mapa 9, que representa as áreas de pobreza e extrema pobreza. Observamos que a população de menor poder aquisitivo se concentra principalmente nas regiões periféricas da cidade. Isso ocorre devido ao elevado custo de vida nas regiões mais centrais e com maior atividade econômica, levando essas populações a buscar oportunidades de moradia e sustento em áreas mais afastadas do centro (LEFEBVRE, 2008), o direito à cidade, coloca-se nesse quesito, uma repulsão as classes sociais mais baixas.

No centro da cidade podemos ainda visualizar uma população que prefere ficar em cortiços ou até mesmo em situação de rua devido a maiores oportunidades de doação de alimentos, doações em geral e proteção física. Além de estar em constante dinamismo para que consiga alguma ajuda financeira ou alimentícia. A cidade de São Paulo registrou cerca de 53 mil moradores em situação de rua²⁴.

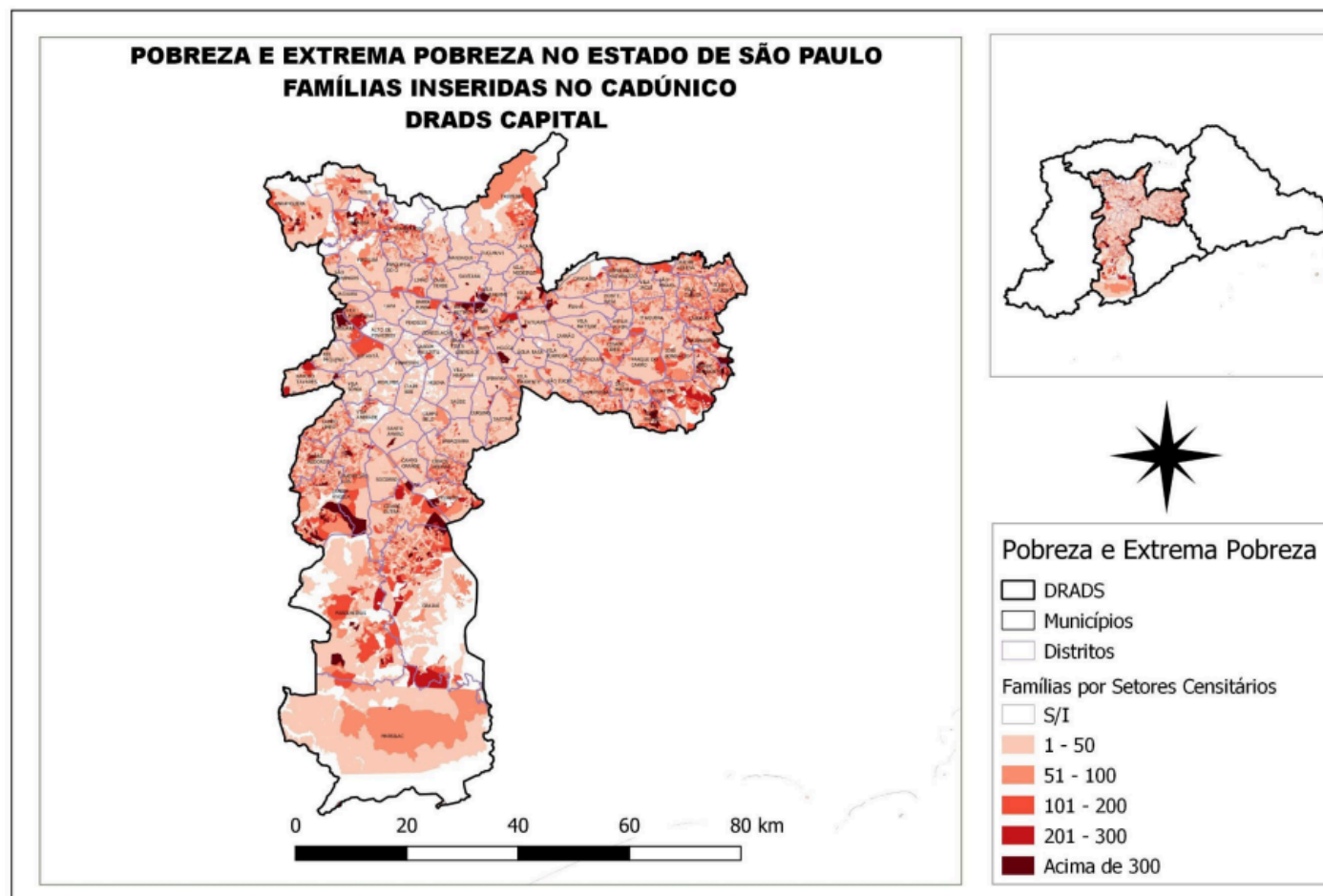
Do ponto de vista do perfil sócio demográfico, a população em situação de rua integra pessoas de todas as idades, compreendendo também crianças de ambos os sexos e, muitas vezes, pessoas que nascem e vivem a vida inteira na rua. Frequentemente perdem o contato com a família de origem e não possuem trabalho estável. Em alguns casos, aliado às problemáticas econômicas e sociais, encontra-se o transtorno mental e o consumo de drogas. (SERAFINO, I.; LUZ, L. C. X., p. 74–85, jan. 2015).

Essa população enfrenta não apenas a ausência de políticas públicas, mas também a discriminação e o preconceito, o que agrava ainda mais sua exclusão social em virtude das condições de vida desfavoráveis. Esses fatores combinados criam um cenário de desigualdade profunda, impactando negativamente sua qualidade de vida e limitando suas oportunidades de acesso a recursos básicos e serviços essenciais.

Cenas como esta são comuns nas ruas de São Paulo: homens e mulheres parados em pé ou sentados em calçadas, em geral isolados entre si, em bancos de praças, portas de estabelecimentos comerciais, com pernas juntas, braços cruzando o peito, ombros encolhidos, quase dobrados em si mesmos. Em alguns momentos, a cabeça muito baixa; em outros, o olhar vago para a rua sem se deter em nada ou ninguém. Ficam em seus cantos calados, às vezes falando com eles mesmos. As expressões do rosto impassíveis, fechadas. Quando caminham, fazem-no lentamente. (FRANGELLA, S. M. p207. 2012).

²⁴ RIBEIRO, João Pedro. Cidade de SP registra mais de 53 mil moradores de rua, alta de 1,8% em março, segundo levantamento. G1, São Paulo, 09 jun. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/06/09/cidade-de-sp-registra-mais-de-53-mil-moradores-de-rua-alta-de-18percent-em-marco-segundo-levantamento.ghml>. Acesso em: 21 maio 2024.

Mapa 3



Fonte: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL ATLAS DIGITAL. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/wp-content/uploads/2023/06/atlas-digital-pobreza-e-extrema-pobreza-2021.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2024.

Com base na Figura 7, podemos observar a remuneração média mensal dos empregos formais na cidade de São Paulo. É importante notar que essa figura exclui todas as atividades informais, que experimentaram um aumento significativo durante o período da pandemia. Apesar de não estarem incluídas nesta análise, é crucial mencionar essas atividades devido ao crescente número de pessoas vivendo em condições de pobreza e enfrentando a fome.

No entanto, uma observação crítica que podemos fazer a partir dos dados é que os salários mais baixos estão concentrados nas regiões periféricas da cidade. Essa distribuição desigual de renda e a consequente concentração de pobreza nas periferias têm implicações profundas para a qualidade de vida desses indivíduos e para a estrutura socioeconômica e geográfica da cidade como um todo.

Na Figura 8, é possível observar em detalhes a taxa de mortalidade por Covid-19 na cidade de São Paulo. A análise dos dados revela uma prevalência alarmante de mortalidade nas regiões periféricas da cidade. Essas áreas, que incluem principalmente as zonas norte e leste, estão enfrentando um impacto desproporcionalmente alto da pandemia. Este padrão sugere uma correlação entre a localização geográfica dentro da cidade e a taxa de mortalidade por Covid-19, direcionadas nessas áreas específicas.

As regiões periféricas da cidade, que são caracterizadas por salários mais baixos, também apresentam taxas mais altas de mortalidade por Covid-19. Isso sugere que as desigualdades socioeconômicas podem ter contribuído para a disseminação e o impacto da Covid-19 nessas áreas.

A análise geográfica crítica revela que a pandemia de Covid-19 não afetou todas as áreas da cidade de São Paulo igualmente. As desigualdades socioeconômicas existentes, refletidas na distribuição de salários, parecem ter desempenhado um papel significativo na determinação dos padrões de mortalidade por Covid-19.

O vírus não diferencia cor ou classe social é uma simplificação que não reflete a realidade completa. Não é que o vírus avalie a situação financeira ou a etnia de um indivíduo antes de infectá-lo. No entanto, a realidade é que a classe social e a cor da pele influenciam diretamente as condições de vida de uma pessoa, incluindo a segurança sanitária, a alimentação, o acesso a tratamentos médicos e a qualidade dos cuidados de saúde. Portanto, esses fatores são determinantes na vulnerabilidade de uma pessoa ao vírus.

Figura 7

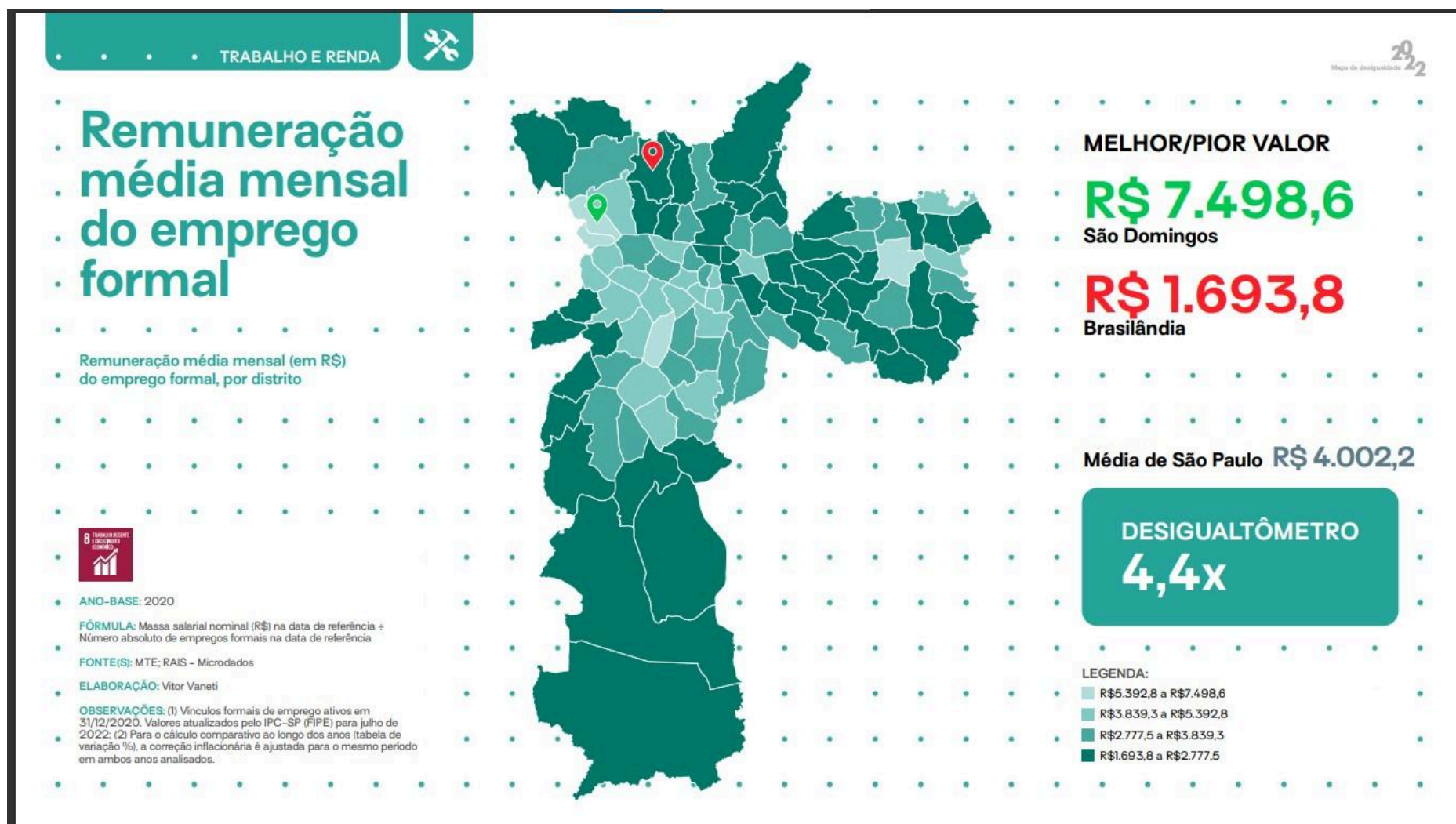
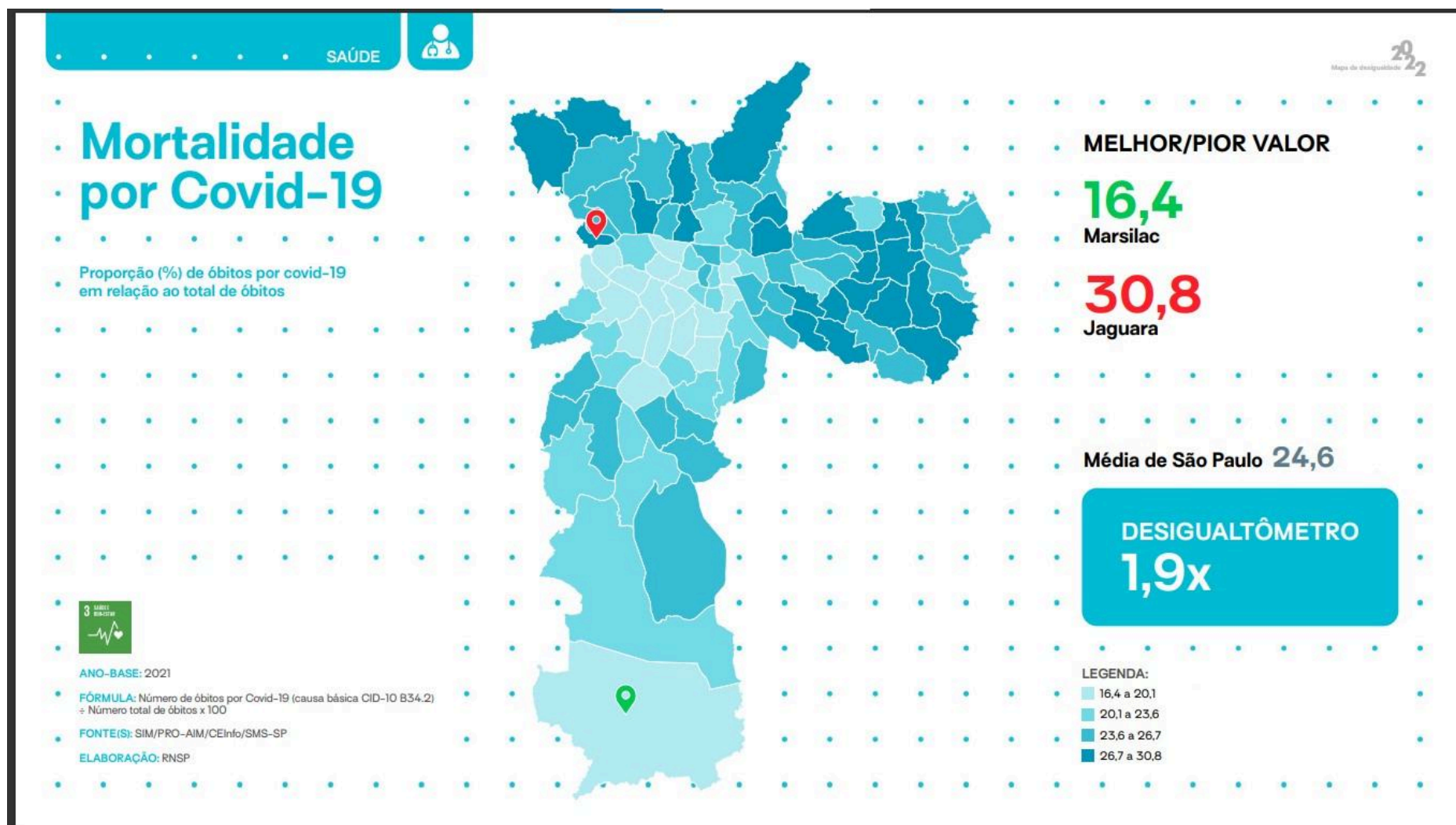


Figura 8

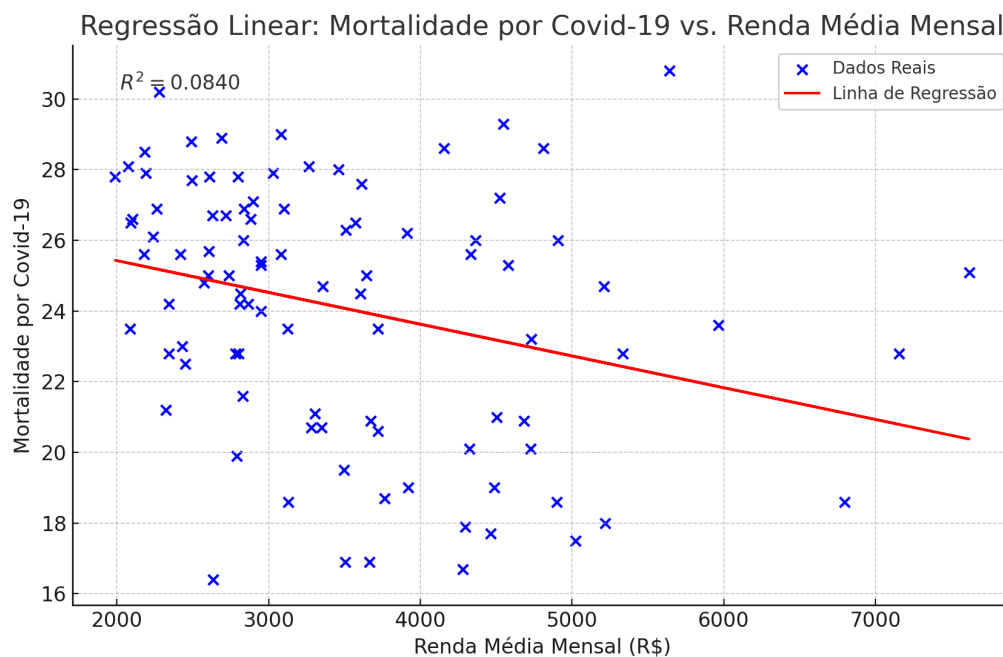


No Mapa 4, observa-se a correlação entre a mortalidade por COVID-19 e a renda familiar na cidade de São Paulo. Constatamos que, à medida que a renda familiar aumenta, a taxa de mortalidade diminui, enquanto que, com a redução da renda, a taxa de mortalidade se eleva. Em outras palavras, conclui-se que a população de menor renda foi mais severamente impactada pela pandemia, sendo essa população predominantemente residente nas regiões periféricas da cidade. No mapa, observa-se a intensidade avermelhada nas regiões Norte, Leste e Sul, indicando as áreas mais afetadas. Isso evidencia como as disparidades econômicas influenciaram os efeitos da pandemia, destacando a vulnerabilidade das comunidades mais pobres.

Essas áreas periféricas, caracterizadas por densidade populacional elevada, com hiperperiferias e condições de moradia precárias, enfrentam desafios estruturais que amplificam os efeitos negativos da pandemia. Além disso, muitos moradores das periferias trabalham em funções essenciais e frequentemente informais, o que os impede de aderir integralmente às medidas de isolamento social. A necessidade de continuar trabalhando para garantir a subsistência expõe esses indivíduos a um maior risco de contágio.

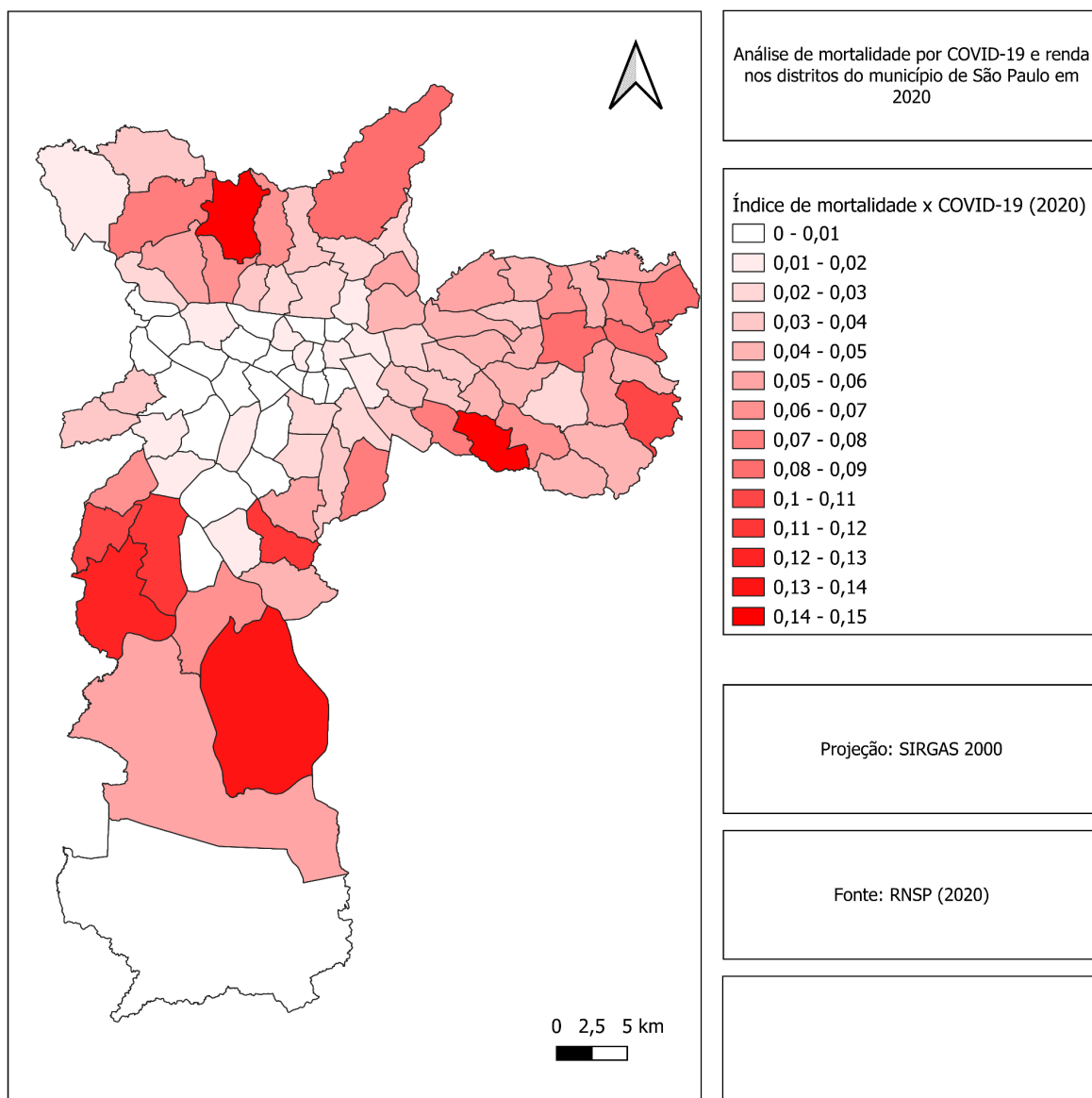
A infraestrutura inadequada das regiões periféricas, incluindo saneamento básico deficiente e moradias superlotadas, dificulta a implementação de medidas preventivas eficazes, como o distanciamento social e a higiene frequente. Essas condições criam um ambiente propício para a rápida disseminação do vírus, agravando ainda mais a situação de vulnerabilidade dessas populações.

Além disso, o gráfico 5 contribui significativamente para nossa análise. Observamos que, na faixa de menor renda, os pontos estão mais densos e próximos, indicando uma alta concentração de casos de mortalidade por COVID-19. Essa distribuição sugere que as populações de baixa renda foram mais severamente afetadas pela pandemia. À medida que a renda aumenta, há uma clara diminuição na mortalidade, conforme ilustrado pelo espaçamento maior entre os pontos nas faixas de renda mais alta. Esse padrão reforça a hipótese de que a renda tem um papel crucial na mitigação dos efeitos da COVID-19, possivelmente devido ao melhor acesso a recursos de saúde e condições de vida mais favoráveis.

Gráfico 5

Portanto, as áreas de maior vulnerabilidade econômica, situadas na periferia da cidade, foram as mais afetadas tanto pela disseminação do vírus quanto pela letalidade entre a população mais pobre. Nessas regiões, a busca pela sobrevivência muitas vezes força os moradores a sair de casa para trabalhar, aumentando sua exposição ao vírus. Esse cenário evidencia a desigualdade social e a precariedade das condições de vida nas periferias, onde a falta de recursos e a necessidade de manter a subsistência tornam essas comunidades particularmente suscetíveis aos impactos devastadores da pandemia.

Mapa 4



Fonte: Autoral

CAPÍTULO 5 - ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL NO CONTEXTO DA PANDEMIA

O DECRETO Nº 10.488, DE 16 DE SETEMBRO DE 2020 - Regulamenta a Medida Provisória nº 1.000, de 2 de setembro de 2020, que institui o auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19) responsável pelo surto de 2019, altera o Decreto nº 10.316, de 7 de abril de 2020, e dá outras providências (GOVERNO FEDERAL).

Assim, uma série de medidas preventivas foi rapidamente implementada em todo o Brasil, incluindo campanhas de conscientização pública, ações de rastreamento de contatos, protocolos de higiene aprimorados e restrições de mobilidade. Essas medidas visavam não apenas retardar a propagação do vírus, mas também coibir os impactos potencialmente devastadores da doença na população brasileira.

A conduta do ex-presidente da República, no período entre 2020 a 2022, no tocante ao enfrentamento da pandemia de COVID-19 e a fome no Brasil tem suscitado críticas e controvérsias²⁵. Desde os primeiros estágios da crise sanitária, o ex-presidente adotou uma postura de subestimação dos riscos associados ao vírus, contrapondo-se às recomendações das autoridades de saúde pública e organizações internacionais. Sua conduta vai de modo contrário do que é assegurada pela jurisdição na Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que estabelece o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, reforça a obrigação constitucional e atribui ao governo brasileiro a responsabilidade de implementar políticas, planos, programas e ações para promover e assegurar a segurança alimentar e nutricional da população. Além disso, a legislação também enfatiza o dever do Estado de respeitar e proteger o direito à alimentação adequada (BRASIL, 2006).

²⁵FOLHA DE S.PAULO. Em 15 frases, relembre desprezo de Bolsonaro no combate à pandemia da Covid-19. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/05/em-15-frases-relembre-desprezo-de-bolsonaro-pela-pandemia-da-covid-19.shtml>. Acesso em: 9 abr. 2024.

Durante o decorrer da pandemia, o presidente trocou seu Ministro da Saúde quatro vezes²⁶, interferindo diretamente nas políticas adotadas pelo seu ministério, promovendo desde remédios comprovadamente ineficaz para o tratamento do vírus até propiciar a população a não vacinação²⁷, já que sua maior agenda era a sustentação da economia e dos empresários e negando a providenciar algum auxílio para a população mais carente do país.

Não se pode negar que a crise do Terceiro Mundo e o seu terrível atraso econômico é antes de tudo o resultado de uma falsa atitude de não querer reconhecer que o verdadeiro desenvolvimento é um fenômeno essencialmente político. A própria noção de desenvolvimento implica sempre em uma certa concepção de homem e da sociedade e desabrocha, pois inevitavelmente numa ação política. (CASTRO, J., 1971, p. 10/1)

Na metrópole brasileira de São Paulo, diversas políticas públicas foram implementadas em resposta à pandemia de COVID-19, visando diminuir a propagação do vírus e reduzir os impactos na saúde pública. Destacam-se medidas como a obrigatoriedade do uso de máscaras faciais em todos os espaços públicos, a imposição de toque de recolher e, em estágios mais avançados da crise, a adoção do lockdown²⁸, uma medida extrema que restringe significativamente a circulação da população, com o objetivo de conter a disseminação do vírus.

A implementação dessas medidas foi respaldada por evidências científicas e diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS), sendo preponderante para que o Conselho Nacional de Segurança de Saúde (CNS)²⁹ Reconhecesse a eficácia das precauções individuais e das restrições coletivas na contenção da propagação do coronavírus. A exigência do uso de máscaras, por exemplo, demonstrou ser uma estratégia fundamental na redução da transmissão do vírus em ambientes de maior aglomeração, como transportes públicos e estabelecimentos comerciais.

Outro mecanismo oriundo de políticas públicas foi a implementação do auxílio emergencial durante a pandemia (BRASIL, 2020). Este foi criado pelo

²⁶ UOL NOTÍCIAS. Mandetta, Teich, Pazuello e Queiroga: os 4 ministros da Saúde da pandemia. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2021/03/15/mandetta-teich-pazuello-e-queiroga-os-4-ministros-da-saude-da-pandemia.htm>. Acesso em: 9 abr. 2024.

²⁷ FOLHA DE S.PAULO. Bolsonaro vai contra a ciência e diz que não vai se vacinar por já ter tido Covid. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibriosaude/2021/10/bolsonaro-vai-contra-a-ciencia-e-diz-que-nao-vai-se-vacinar-por-ja-ter-tido-covid.shtml>. Acesso em: 9 abr. 2024

²⁸ GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Governo de SP determina quarentena em todo o Estado. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/ultimas-noticias/ao-vivo-governo-de-sp-anuncia-novas-medidas-para-combate-ao-coronavirus-no-estado/>. Acesso em: 9 abr. 2024.

²⁹ CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Recomendação Nº 036, de 11 de maio de 2020. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/images/Recomendacoes/2020/Reco036.pdf>. Acesso em 21 maio 2024.

Congresso Nacional (Lei 13.982/20) e consistiu inicialmente em três parcelas de R\$600,00, seguidas por quatro parcelas de R\$300,00. Os beneficiários eram trabalhadores autônomos, desempregados, microempreendedores individuais e contribuintes individuais do INSS que atendiam aos requisitos de renda média.

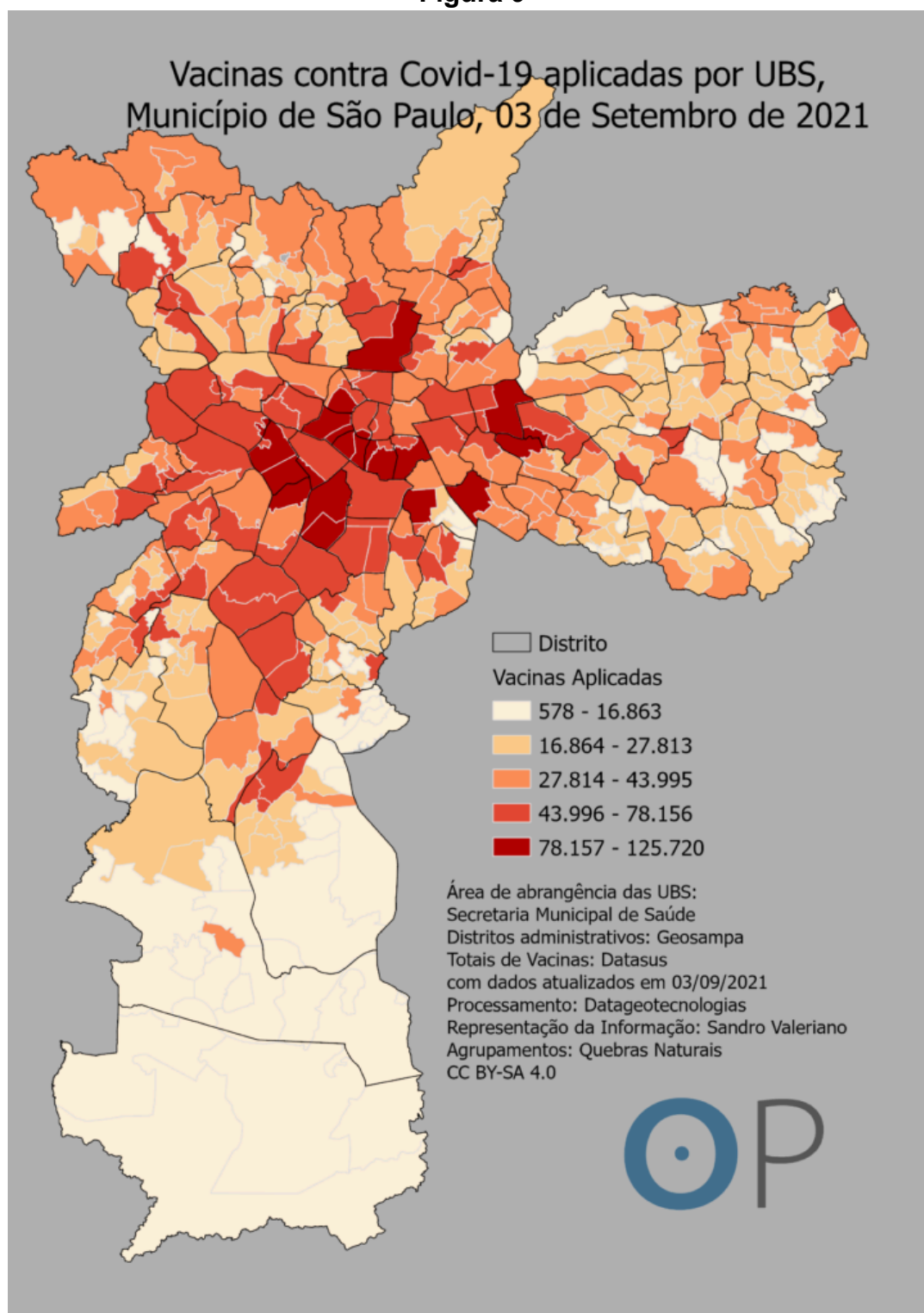
Em questões de jurisdição municipal da Cidade de São Paulo foram implementadas uso obrigatório de máscaras, restrição de funcionamento de determinados serviços, utilização de álcool para higienização das mãos e distanciamento social.

Os obstáculos políticos, as disputas internas e a negação da ciência nas esferas estadual e federal resultaram em atrasos significativos nas ações do Ministério da Saúde para controlar a pandemia e implementar medidas benéficas para a população. Durante o período crítico da pandemia, o então presidente minimizou a gravidade da ameaça representada pelo vírus e promoveu o uso de medicamentos que não demonstraram eficácia comprovada no tratamento da doença³⁰. Esta postura, infelizmente, contribuiu para um cenário em que os números de contaminação e mortes por Covid-19 continuaram a aumentar, conforme evidenciado pelos relatórios atualizados do Ministério da Saúde. Essa situação ressalta a importância crucial da liderança informada pela ciência e da cooperação política na gestão eficaz de crises de saúde pública.

Por fim, a campanha de vacinação na cidade, que se estendeu até o final de 2021, resultou em uma notável desigualdade espacial entre a população de alta e baixa renda. Como pode ser observado no mapa a seguir, as unidades de saúde localizadas no centro da cidade registraram uma demanda significativamente maior, resultando em uma maior taxa de vacinação em comparação com as áreas mais distantes, onde a procura foi menor e, conseqüentemente, a vacinação foi menos frequente. Destaca-se a importância da maior parte da população reside nas áreas periféricas da cidade. Campanhas negacionistas relacionadas às vacinas (CoronaVac, Astrazeneca, Pfizer e Janssen Vaccine) foram veiculadas e as imunizações foram distribuídas gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

³⁰ O GLOBO. Covid-19: colapso no Brasil foi causado por brigas políticas, negação da ciência, destaca New York Times. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/saude/coronavirus/covid-19-colapso-no-brasil-foi-causado-por-brigas-politicas-negacao-da-ciencia-des-taca-new-york-times-24944755>. Acesso em: 25 maio 2024.

Figura 9



Fonte: VALERIANO, Sandro. SP: O direito à vacina e as desigualdades urbanas. Outras Palavras, 2021. Disponível em: <https://outraspalavras.net/desigualdades-mundo/o-direito-a-vacina-e-as-desigualdades-urbanas/>. Acesso em: 20 abr 2024.

CONCLUSÃO

A fome, um fenômeno complexo, apresenta-se de formas variadas em regiões da cidade. Na metrópole de São Paulo, a análise desse problema é fundamentalmente baseada na mercantilização e capitalização dos alimentos. A urbanização acelerada e constante têm transformado a comida em uma mercadoria, sujeita às forças do mercado, característica do sistema político neoliberal implementada no Brasil nos últimos anos. Isso resulta em um desenvolvimento desigual geográfico nas pequenas e grandes escalas locais. No qual, ocorre consequências como a má distribuição de alimentos, onde o acesso a uma nutrição adequada é determinado pela capacidade econômica de um indivíduo.

O processo de urbanização da cidade de São Paulo em sua rápida e desordenada construção, resultou nas periferias onde se encontra com maior acentuação a pobreza dentro das cidades, ou seja, onde a fome é mais prevalente. A periferia não se restringe apenas a uma dimensão geográfica, mas também engloba aspectos sociais, econômicos, culturais e políticos que influenciam a vida das pessoas que habitam essas áreas. A compreensão da periferia, requer uma análise ampla e contextualizada das dinâmicas urbanas, das relações de poder e das experiências cotidianas dos moradores. Essas áreas, muitas vezes caracterizadas por habitações precárias e falta de infraestrutura básica, são particularmente vulneráveis à insegurança alimentar e negligência estatal (RAIMUNDO,2017).

Esse flagelo representa a consequência mais angustiante do avanço dos países mais prósperos, fundamentado na exploração das nações menos afortunadas, que detém uma reserva de recursos para o mecanismo do capitalismo (MORAES, 1987) . Tal exploração culmina não somente em uma escassez alimentar quantitativa, aguda ou aparente, mas também em uma modalidade qualitativa ou velada. Essas manifestações de privação alimentar correspondem, respectivamente, à insegurança alimentar severa e moderada, bem como à sua forma mais branda.

O capitalismo se reproduz e sobrevive no processo de renovação da metrópole, colocando-se como condição, meio e produto do próprio capital. Além de produzir desigualdades socioespaciais da metamorfose metropolitana em que faz

novos desenvolvimentos, mas também um meio e uma condição para se adaptar e desenvolver na dinâmica econômica (LENCIONI, 2011).

A crise econômica brasileira, exacerbada pelo contexto da pandemia de COVID-19, intensificou as dificuldades enfrentadas pela população mais pobre da cidade de São Paulo. Este cenário foi agravado pelo aumento da pobreza nas periferias da cidade, que coincidiu com um aumento no número de mortes causadas pelo vírus³¹.

De acordo com estudos recentes, a pandemia de COVID-19 impactou negativamente a economia brasileira em muitos setores, aumentando a pobreza e a fome. A crise econômica global e sua urgência por respostas, na particularidade brasileira, expressaram-se combinadas à crise política também iniciada em 2019; seus ritmos e suas dinâmicas foram precipitados pela pandemia mundial e desdobraram-se em estreita conexão com a crise sanitária (GRANEMANN, 2021).

Ao longo do desenvolvimento de nossa pesquisa, constatamos a propagação acelerada, a letalidade preocupante e a velocidade de contágio sem precedentes do novo coronavírus nas regiões mais vulneráveis da cidade de São Paulo. Nesse contexto, uma série de problemas sociais afligiam a população mais desfavorecida, especialmente no que se refere à escassez de alimentação e acesso à saúde. Estas são áreas onde os residentes lutam diariamente contra adversidades socioeconômicas, tornando-os particularmente suscetíveis a crises de saúde pública como a pandemia de COVID-19.

Além disso, foi identificado que, no período crítico de 2020 a 2022, a crise econômica global intensificou a já existente epidemia de fome. Esta é uma questão que afeta desproporcionalmente as comunidades mais pobres, exacerbando as desigualdades existentes e criando um ciclo vicioso de pobreza e fome e insegurança alimentar em seus respectivos graus..

A intersecção desses dados, ou seja, a rápida disseminação do vírus em áreas de alta vulnerabilidade e a crescente crise de fome, resultou em uma crise sócio-humanitária de proporções devastadoras. Esses dados reforçam a necessidade de políticas públicas eficazes e direcionadas para combater essas questões e melhorar as condições de vida da população mais vulnerável. É crucial que os esforços sejam feitos para reduzir os impactos da pandemia e da crise

³¹SILVEIRA, Daniel. Pobreza social bate recorde e atinge 64,6 milhões de brasileiros durante pandemia, diz estudo. G1, Rio de Janeiro, 02 fev. 2023. Disponível em: [link](#). Acesso em: 21 maio 2024.

econômica na população mais pobre, especialmente nas áreas periféricas da cidade de São Paulo.

Na metrópole de São Paulo, que é a maior e mais próspera do Brasil, o mapeamento da fome, aliado aos dados apresentados em nossa pesquisa, destaca como a segregação socioeconômica e espacial trouxe à tona as questões de fome e saúde. Esses fatores se tornaram especialmente evidentes nas áreas mais desfavorecidas da cidade.

Esses dados revelaram como a segregação socioeconômica e espacial exacerbou as questões de fome e saúde, tornando-as particularmente evidentes nas áreas mais desfavorecidas da cidade. A pesquisa destacou a correlação entre a pobreza, a falta de acesso a serviços de saúde adequados e a prevalência da fome.

A correlação dos dados da mortalidade por COVID-19 e renda, nos mostrou como a pandemia afetou a população mais pobre que vive nas periferias da cidade. A dificuldade em adotar medidas de isolamento social e higiene, devido à infraestrutura inadequada, contribuiu para a maior disseminação da doença nessas regiões e consequentemente o nível de mortalidade aumentado. Esses fatores destacam a desigualdade social existente e como ela foi exacerbada durante a crise sanitária.

A instabilidade na liderança do Ministério da Saúde e a promoção de tratamentos ineficazes para o vírus evidenciaram uma gestão marcada por incertezas e desalinhada com as melhores práticas científicas. A recusa em fornecer auxílio adequado à população mais carente, em um momento de crise sem precedentes, exacerbou ainda mais a situação.

Em contrapartida, a cidade de São Paulo implementou uma série de políticas públicas em resposta à pandemia, incluindo a obrigatoriedade do uso de máscaras, toque de recolher e, em última instância, o lockdown. Essas medidas, embasadas em evidências científicas e diretrizes da Organização Mundial da Saúde, foram cruciais para mitigar a propagação do vírus.

A implementação do auxílio emergencial durante a pandemia, apesar de suas limitações, foi uma iniciativa para apoiar os trabalhadores mais vulneráveis. No entanto, a persistência da fome e a falta de acesso à saúde adequada em algumas áreas da cidade evidenciam a necessidade de políticas públicas mais robustas e abrangentes, já que a população mais carente não possui a opção de ficar vários dias dentro de casa, devido a sua condição financeira precária, e com isso,

escolhem correr o risco de se contaminar com o vírus da Covid-19 a fim de trazer o sustento para sua casa.

A gestão da pandemia e da fome no Brasil entre 2020 e 2022 foi caracterizada por controvérsias e críticas significativas. A situação ressalta a necessidade urgente de políticas públicas de viés mais humanitário e solidário, e consequentemente diminuir o processo de acúmulo e lucro entre os meios privados e o poder público que viabiliza esses mecanismos. Estas devem enfatizar a importância de uma resposta coordenada e fundamentada em ciência para lidar com crises de saúde pública e sociais. A implementação de tais políticas é crucial para diminuir os impactos dessas crises e tentar promover o bem-estar da população.

A cidade de São Paulo, apesar de sua riqueza e tamanho, não está imune a esses problemas. O contexto da pandemia e a crise econômica que assolou a população vulnerável culminou em mortes, aumento da pobreza e fome pela negligência governamental e pelo acúmulo da elite financeira. O sofrimento daqueles que são mais vulneráveis em nossa sociedade promovem a riqueza de outros. A cidade de São Paulo, apesar de seus recursos e tamanho, não está imune a esses problemas, e é dever da Geografia denunciar e apontar os problemas que acontecem na relação entre a sociedade e o espaço.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO IBGE. Inflação acelera em dezembro e chega a 4,52% em 2020, a maior alta desde 2016. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29871-inflacao-acelera-em-dezembro-e-chega-a-4-52-em-2020-a-maior-alta-desde-2016>. Acesso em: 25 mai 2024.

ALVES, H. P. DA F. et al.. Dinâmicas de urbanização na hiperperiferia da metrópole de São Paulo: análise dos processos de expansão urbana e das situações de vulnerabilidade socioambiental em escala intraurbana. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 27, n. 1, p. 141–159, jan. 2010.

ARRETCHE, Marta. Trazendo o conceito de cidadania de volta: a propósito das desigualdades territoriais. In: ARRETCHE, Marta (Org.). *TRAJETÓRIAS das Desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo: Ed. UNESP, CEM, 2015

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Brasília, DF, 18 set. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 16 jun. 2021

BRASIL. Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020. Dispõe sobre as medidas que poderão ser adotadas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2 abr. 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L13982.htm. Acesso em: 20 abr. 2024.

CARLOS, A. F. A. *A (re)produção do espaço urbano*, São Paulo, EDUSP: 1994

CASTRO, Josué de. *Geografia da fome*. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2022.

CASTRO, Josué de. *O Livro Negro da Fome*. São Paulo: Brasiliense, 1966b.

SIMONI, César. O coronavírus e o direito à cidade dos pobres. CartaCapital, 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniaao/o-coronavirus-e-o-direito-a-cidade-dos-pobres/>. Acesso em: 18 maio 2024.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Ensaio sobre a relação entre desenvolvimento geográfico desigual e regionalização do espaço brasileiro. GEOUSP Espaço e Tempo (Online), São Paulo, Brasil, v. 24, n. 1, p. 27–50, 2020. DOI: [10.11606/issn.2179-0892.geousp.2020.155571](https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2020.155571). Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/155571>. Acesso em: 12 abr. 2024.

DAMIANI, Amélia Luisa. A geografia que desejamos. In: Boletim Paulista de Geografia, nº 83 – Perspectiva Crítica, p. 57-90. São Paulo, 2005.

FAO. The State of Food Security and Nutrition in the World 2023. THE STATE OF FOOD SECURITY AND NUTRITION IN THE WORLD, 12 jul. 2023.

GRANEMANN, S. Crise econômica e a Covid-19: rebatimentos na vida (e morte) da classe trabalhadora brasileira. Trabalho, Educação e Saúde, v. 19, jan. 2021.

HARVEY, David. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. 1ªed. São Paulo: Annablume, 2005

LEFEBVRE, Henri. O Direito à Cidade. 5 ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2008.

LENCIONI, S. “A metamorfose de São Paulo: o anúncio de um novo mundo de aglomerações difusas”. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba, n. 120, p.133-148: jan/jun 2011. www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense

LENCIONI, S. Urbanização difusa e a constituição de megarregiões. O caso de São Paulo-Rio de Janeiro. Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais. Rio de Janeiro, n 22, p. 6- 15: set/2015. eMetropolis.

LOPES DA SILVA, M.; ABBADE DA SILVA, R. ECONOMIA BRASILEIRA PRÉ, DURANTE E PÓS-PANDEMIA DO COVID-19: IMPACTOS E REFLEXÕES 1. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/820/2020/06/Textos-para-Discuss%C3%A3o-07-Economia-Brasileira-Pr%C3%A9-Durante-e-P%C3%B3s-Pandemia.pdf>>.

MARX, Karl. O Capital. Livro Primeiro. São Paulo: Editora Boitempo, 2017

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. Ministério da Economia avalia impacto econômico do coronavírus. Disponível em: . Acesso em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/2020/03/ministerio-da-economia-avalia-impacto-economico-do-coronavirus-no-brasil> 17 fev. 2024b.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Brasil confirma primeiro caso da doença. Disponível em: [Brasil confirma primeiro caso do novo coronavírus \(www.gov.br\)](http://www.gov.br) . Acesso em: 17 fev. 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE / Conselho Nacional de Saúde. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://conselho.saude.gov.br/images/Recomendacoes/2020/Reco036.pdf>>.

MINISTÉRIO DA SAÚDE / Conselho Nacional de Saúde. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://conselho.saude.gov.br/images/Recomendacoes/2022/Reco023.pdf>>. Acesso em: 9 abr. 2024.

MORAES, A. C. R. Território e história no Brasil. 3a ed. SP: AnnaBlume, 2008.

MOREIRA, R. A formação espacial brasileira. Contribuição crítica aos fundamentos espaciais da geografia do Brasil. Rio de Janeiro: Consequência

RACIONAIS MC's (2002). Nada como um dia após o outro. São Paulo: Cosa Nostra. 1 CD.

RAIMUNDO, Sílvia Lopes. Território, cultura e política: movimento cultural das periferias, resistência e cidade desejada. 2017. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. doi:10.11606/T.8.2017.tde-17042017-104001. Acesso em: 2024-05-19.

RATZEL, Friedrich. Geografia do homem: antropogeografia. In: MORAES, Antônio Carlos (Org.). Ratzel. São Paulo : Ática, 1990

RIBEIRO JÚNIOR, José Raimundo Sousa. Alienação das práticas alimentares e urbanização: uma análise da alimentação da classe trabalhadora em São Paulo. 2015. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. doi:10.11606/T.8.2016.tde-22082016-122905. Acesso em: 2024-04-09.

RIBEIRO JÚNIOR, José Raimundo Sousa. A fome e a miséria na alimentação: apontamentos para uma crítica da vida cotidiana a partir da Geografia Urbana. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. doi:10.11606/D.8.2008.tde-07102009-112818. Acesso em: 2024-04-09.

RIBEIRO JÚNIOR, José Raimundo Sousa. A fome como processo e a reprodução social capitalista. Boletim Paulista de Geografia, [S. l.], v. 1, n. 105, p. 15–39, 2021. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1992>. Acesso em: 1 maio. 2024.

RODRIGUES, A. R.; KAUCHAKJE, S.; OLIVEIRA, F. H. DE. Mapas, fome e planejamento territorial. Revista Katálysis, v. 26, n. 1, p. 32–42, 2023.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo. Editora: Hucitec. 1996.

SEADE. Coronavírus. Disponível em: <https://coronavirus.seade.gov.br/>. Acesso em: 25 fev 2024.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL ATLAS DIGITAL. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/wp-content/uploads/2023/06/atlas-digital-pobreza-e-extrema-pobreza-2021.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2024.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. Atlas Digital da Situação da Pobreza e Extrema Pobreza no Estado de São Paulo. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/wp-content/uploads/2023/06/atlas-digital-pobreza-e-extrema-pobreza-2021.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2024.

SERAFINO, I.; LUZ, L. C. X.. Políticas para a população adulta em situação de rua: questões para debate. Revista Katálisis, v. 18, n. 1, p. 74–85, jan. 2015.

SMITH, N. Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1988.

SMITH, Neil. Para uma Teoria do Desenvolvimento Desigual: a Escala Espacial e o Vaivém do Capital. In: Desenvolvimento desigual. RJ: Bertrand Brasil, 1988, Cap. V, pp. 191-219.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Alguns aspectos da dinâmica recente da urbanização brasileira. In: FERNANDES, Edesio & VALENÇA, Márcio (Orgs). Brasil Urbano, RJ: Mauad, 2004, pp. 75-92.